



ENTRE RUAS E REDES

Narrativas estudantis sobre as ocupações
universitárias de 2016 no *Facebook*

Daniel Macêdo





ENTRE RUAS E REDES

Narrativas estudantis sobre as ocupações
universitárias de 2016 no *Facebook*

Daniel Macêdo



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida
Vice-Reitor: Alessandro Fernandes Moreira

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora: Thais Porlan de Oliveira
Vice-Diretor: Rogério Duarte do Pateo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Coordenador: Carlos Frederico de Brito d'Andréa
Sub-Coordenadora: Ana Carolina Vimieiro

SELO EDITORIAL PPGCOM

Bruno Souza Leal
Juarez Guimarães Dias

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Carolina Escosteguy (PUC-RS)	Jorge Cardoso (UFRB UFBA)
Benjamim Picado (UFF)	Kati Caetano (UTP)
Cezar Migliorin (UFF)	Luis Mauro Sá Martino (Casper Líbero)
Elizabeth Duarte (UFSM)	Marcel Vieira (UFPB)
Eneus Trindade (USP)	Mariana Baltar (UFF)
Fátima Regis (UERJ)	Mônica Ferrari Nunes (ESPM)
Fernanda Duarte (NCSU/EUA)	Mozahir Salomão (PUC-MG)
Fernando Gonçalves (UERJ)	Nilda Jacks (UFRGS)
Frederico Tavares (UFOP)	Renato Pucci (UAM)
Iluska Coutinho (UFJF)	Rosana Soares (USP)
Itania Gomes (UFBA)	Rudimar Baldissera (UFRGS)

www.seloppgcom.fafich.ufmg.br

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, sala 4234, 4º andar
Pampulha, Belo Horizonte - MG. CEP: 31270-901

Telefone: (31) 3409-5072

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

M141e Macêdo, Daniel.
Entre ruas e redes [livro eletrônico]: narrativas estudantis sobre as ocupações universitárias no Facebook / Daniel Macêdo. - Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2024.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-85915-09-0

1. Comunicação. 2. Redes sociais. 3. Tecnologia e sociedade.

I. Título

CDD 303.4833

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

CRÉDITOS DO E-BOOK

© PPGCOM/UFMG, 2024.

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Atelier de Publicidade UFMG

Bruno Guimarães Martins

DIAGRAMAÇÃO

Daniel Borges

Iara Mendes dos Santos

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Bruno Guimarães Martins

Daniel Melo Ribeiro

COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Hannah Luiza Patrocínio Baudson

Rannyson da Silva Moura

REVISÃO

Tess Chamusca

ASSISTENTE EDITORIAL

Prussiana Araujo Fernandes Cunha

Esta obra foi selecionada pelo Conselho Editorial do Selo PPGCOM/UFMG após avaliação por pareceristas *ad hoc*.

O acesso e a leitura deste livro estão condicionados ao aceite dos termos de uso do Selo PPGCOM/UFMG, disponíveis em:

<https://seloppgcom.fafich.ufmg.br/termos-de-uso/>

| SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
<i>Márcia Vidal Nunes</i>	
APRESENTAÇÃO	
Erguer trincheiras, abrir caminhos	11
CAPÍTULO 1	
Insurgência estudantil para além das manchetes	17
CAPÍTULO 2	
Pode o estudante confrontar os jornais?	37
CAPÍTULO 3	
Ocupando o <i>Facebook</i>	47

CAPÍTULO 4	
Entre postar e fazer-se (in)visível	89
CAPÍTULO 5	
Notas sobre as indeterminações do livro de rostos	103
POSFÁCIO	111
<i>Helena Martins</i>	
NOTAS	115
REFERÊNCIAS	118

Prefácio

Márcia Vidal Nunes¹

O ano de 2016 foi marcado por uma intensa mobilização estudantil em defesa da educação pública e contra as medidas de austeridade do governo de Michel Temer, que assumiu o poder após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Milhares de estudantes ocuparam escolas, universidades e institutos federais em todo o país, em um movimento que ficou conhecido como “Primavera Secundarista”. No Ceará, foram mais de 40 ocupações que desafiaram a ordem institucional e a mídia hegemônica, buscando construir suas próprias narrativas e memórias sobre essa experiência histórica.

As ocupações estudantis foram um fenômeno nacional que mobilizou milhares de jovens em protesto contra o governo de Michel Temer e suas medidas consideradas como retrocessos sociais e educacionais, como a PEC 55/2016, que limitava os gastos públicos por 20 anos, e a MP 746/2016, que reformava o ensino médio. No Ceará, as ocupações atingiram diversas instituições de ensino superior, como a Universidade Federal do Ceará — UFC, a Universidade Regional do Cariri — URCA,

a Universidade Federal do Cariri — UFCA, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira — UNILAB e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará — IFCE, além de escolas públicas e privadas.

Este livro é resultado de uma pesquisa realizada pelo autor, Daniel Macêdo, como dissertação de mestrado em Comunicação pela UFC. O objetivo da pesquisa foi analisar como as páginas de *Facebook* criadas pelos estudantes-ocupantes no Ceará funcionaram como espaços de disputa de narrativas e de memória sobre as ocupações universitárias de 2016, em um contexto de mediação algorítmica.

O pesquisador selecionou seis páginas de *Facebook* referentes às ocupações da UFC, UFCA, URCA, UNILAB, IFCE Aldeota e IFCE Iguatu, totalizando 890 postagens no período de setembro de 2016 a janeiro de 2017. A partir dessas postagens, o autor realizou uma análise de conteúdo e uma análise de redes sociais, buscando identificar os formatos, as finalidades, as frequências, as representações sociais e as interações virtuais produzidas pelos estudantes.

A pesquisa demonstrou que as páginas de *Facebook* foram utilizadas pelos estudantes como ferramentas de comunicação alternativa, que permitiram divulgar informações sobre as ocupações, denunciar violações de direitos, mobilizar apoios e solidariedades, expressar sentimentos e opiniões, dialogar com diferentes públicos e construir sentidos e versões sobre o movimento. O autor também mostra que as páginas foram influenciadas pela lógica da plataforma, que opera por meio de algoritmos que filtram, ordenam e priorizam o conteúdo a partir de critérios nem sempre transparentes ou democráticos.

A obra contribui para o debate sobre o papel das redes sociais na sociedade contemporânea, especialmente em contextos de conflito político e social. O autor defende que as redes sociais são espaços ambivalentes, que podem tanto potencializar quanto limitar a comunicação dos movimentos sociais. O autor também propõe que as redes sociais

são espaços de produção e disputa de memória social, que podem tanto preservar quanto apagar os rastros das experiências coletivas.

Este livro, fruto do amadurecimento intelectual e do brilhantismo acadêmico de Daniel Macêdo, é uma leitura recomendada para estudantes, pesquisadores e profissionais da área de Comunicação Social, bem como para todos aqueles que se interessam pelos temas da educação, da política e dos movimentos sociais no Brasil.

18 de janeiro de 2024

Fortaleza, Ceará, Brasil

APRESENTAÇÃO

Erguer trincheiras, abrir caminhos

“Primeiramente, Fora Temer!”, dizíamos de norte a sul do país sempre ao iniciar uma fala em qualquer espaço político; como um abre-alas para as ideias que demarcavam existências políticas e mobilizações estudantis. Era 2016, assistíamos ao espetáculo em Brasília que era transmitido para multidões na Avenida da Universidade: o *impeachment* no parlamento polarizava-se nas palavras de Glauber Braga (PSOL/RJ), que votou contra a iniciativa apontando o “fedor de enxofre” que vinha da cadeira do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, ao nomeá-lo por “*gangster*”; e de Jair Bolsonaro – naquele período, filiado ao PSC – ao votar favorável à deposição de Dilma Rousseff (PT) em nome de um dos maiores torturadores da Ditadura Militar de 1964, o Coronel Carlos Ustra — que, não por menos, foi algoz da então presidenta.

Temer era vice de Dilma, era aliado político no enredo da conciliação de classes até tornar-se um dos responsáveis pela trama golpista para ascender ao poder, romper acordos e aplicar uma agenda ultraliberal não legitimada pelo povo brasileiro. Temer, por sua vez, era verbo negado no dicionário

das ruas, que pulsavam resistência ao pacote de medidas que atentavam contra os direitos sociais. Temer era indesejado por muitos e imposto por poucos que partilhavam o plano perverso baseado na retirada de direitos, no desmonte da educação pública e da previdência social.

Eu era jovem quando a polarização política rompeu a democracia. Era estudante na Universidade Federal do Ceará e tinha cabelos grandes e o coração nutrido por utopias. Abraçava a educação como uma janela para romper o ciclo de pobreza, exploração e dominação que marca a vida dos que vieram antes de mim para este mundo. Foi confuso para meu pai que, na vida diária de um caminhoneiro com ensino médio incompleto, observava um filho atravessar 400 km de estrada para estudar longe de casa, para cursar jornalismo na capital. Tinha, como muitos colegas que partilharam experiências estudantis, ganas de viver o que por anos nos era negado.

Fui o primeiro na minha família a acessar educação superior; entretanto, não fui o pioneiro a sair do ciclo familiar para construir outras expectativas de futuros. Afinal, como um bom filho de mãe agricultora que estudou até a 2ª série do ensino fundamental, acordar cedo para toar o pastoreio é um caminho comum e muito já o fiz na infância. Fazia, ao desbravar a Universidade Federal do Ceará, o que José Fernando Martins (2009) propõe em sua tese de doutorado, ao discutir sobre o acesso de crianças camponesas ao ciclo formal de educação: ocupava um espaço de direito e, ao mesmo tempo, estabelecia o contraditório. Esta premissa importa se considerarmos que as políticas de democratização do acesso à educação no ciclo básico desconsideram as particularidades dos perfis não urbanos; logo, toda criança camponesa, ao assentar cadeira na sala de aula, ao se fazer presente nas escolas, constitui a máxima do exercício de direitos em um espaço que não foi pensado para recebê-la com dignidade. O mesmo paradigma é estabelecido por nós, jovens sertanejos, ao acessar uma instituição historicamente radicada na capital e com escassas políticas de assistência estudantil. Para manter-me ali e conseguir estudar, fui amparado pela Política Nacional de Assistência Estudantil

— PNAES e morei na Residência Universitária conhecida como Castelo por quase cinco anos até ser desativada sob a prerrogativa de reforma.

Envolvido com os movimentos sociais, sobretudo estudantis que dinamizavam a experiência política na UFC, senti o peso da transitoriedade do poder nacional com a Universidade que também mudava com a redução de recursos; e, de modo especial, quando, na condição de Conselheiro Nacional de Juventude da Presidência da República, vivi a interrupção dos mandatos e a dissolução da instância de avaliação e formulação de política pública para juventudes no país. O desequilíbrio democrático causado pelos ordenamentos praticados por Temer volvia-se, por um lado, nas medidas aplicadas pelo Governo para configurar sua agenda política; por outro, em ondas de ocupações praticadas por diversos setores da sociedade civil em espaços diversos. Assim, as sedes do Ministério da Cultura — Minc foram ocupadas por artistas em defesa da manutenção desta estrutura de gestão pública; as fazendas de Michel Temer, em São Paulo, foram ocupadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST; enquanto as escolas e as universidades assumiram novas dinâmicas com a ocupação de estudantes. Contrários aos postulados na Proposta de Emenda Constitucional 55/2016 (Brasil, 2016), que orientava o congelamento do teto de gastos, estudantes produziram a maior onda de ocupações em espaços educacionais na história do país.

Fui parte das muitas estudantes brasileiras que ocuparam mais de mil escolas secundaristas e quase 300 campus universitários no Brasil. Não foi diferente de quando me matriculei: eram os perfis que já imprimiam uma lógica de ocupação desse espaço estabelecendo uma tônica mais incisiva de termos para serem considerados e escutados no debate político. Essa experiência marcou muitas de minha geração e, sem dúvidas, ao andar por espaços que ocupei, sinto, como nunca antes, que esses espaços também pertencem aos nossos, porque pudemos, de forma nunca antes experimentada, recriar o papel da Universidade por mais de um mês e pautar discussões que até então não cabiam nas ementas curriculares. Dissemos, em capitular, que as Universidades também são nossas; por isso, no primeiro

capítulo, debruço-me sobre o contexto e sobre as experiências de ocupações a partir do que nos era sensível no Ceará.

Ruas e redes, diferentemente de operadores analíticos ou de ambiências dissociadas, são nomes que as ocupações nos presenteiam ao revelar um modo articulado de intervenção política que considera as complexidades para dialogar com os outros em dinâmicas *online* e *offline*. Isto é, configuravam-se como palcos relacionais que permeavam os esforços estudantis para dispor as ideias e os modos de se fazerem sujeitos políticos do país que reivindicam e dos futuros que desejam.

“Quando a tirania é lei, ocupação é ordem” eram palavras que toavam a insatisfação estudantil pelas ruas em jograis, em cartazes e em faixas que agitaram a Av. da Universidade e pelas plataformas de redes sociais nas narrativas elaboradas em postagens com textos verbo-visuais. Esse é também o título do artigo de opinião escrito por Irenísia Oliveira e Cláudio Rodrigues que fora publicado no Jornal *O Povo* (2016) em 17 de novembro para demonstrar apoio dos professores da UFC às iniciativas estudantis. Os jornais *O Povo* e *Diário do Nordeste*, aliás, foram palcos relevantes na batalha em torno dos significados das ocupações estudantis (Macêdo; Nunes, 2024a). Receosos com o histórico de criminalização de movimentos sociais, estudantes estabeleciam orientações e cuidados para se relacionarem com jornalistas e essa discussão orienta os rumos do segundo capítulo.

Por outra via, estudantes também se propuseram a construir narrativas sobre as experiências que viviam e adotaram o *Facebook* como ambiência para partilhar as construções textuais que realizavam enquanto ocupavam. Ali, sob a dinâmica possível com o uso da plataforma e com a experiência de desobediência civil conferida pela ocupação, um conjunto de proposições de sentidos sobre si e sobre as pautas políticas que defendiam foi montado em vias narrativas e permeou o percurso de pesquisa que se expressa neste livro.

Nesta obra, mobilizamos as produções e as performances realizadas por estudantes-ocupantes em seis páginas abrigadas no *Facebook*, sendo @ocupaifce no campus Iguatu do Instituto Federal do Ceará e @ocupartes

no campus Aldeota, em Fortaleza, na mesma instituição; @greveestudantilUFC, referente ao Comando Estudantil de Greve que articulava 34 ocupações na Universidade Federal do Ceará em Fortaleza e mobilizações em cursos da capital que não aderiram e outros campus onde não foi possível ocupar; @ocupaunilab na cidade de Redenção, onde fica o campus da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira; @ocupaufca, referente aos registros nas ocupações dos campus Crato e Juazeiro do Norte na Universidade Federal do Cariri, e @ocupaurca2016, referente à ocupação da Reitoria na Universidade Regional do Cariri na cidade do Crato. Para manejar as 890 publicações que tomam formas nessas páginas e realizar atos de leitura das narrativas de si erguidas por estudantes, o percurso de pesquisa é exercido a partir de experiências com métodos digitais inspirados nas práticas de Carlos D'Andrea (2020) e que modulam o terceiro capítulo em discussões sobre composições narrativas e performances digitais ao narrar.

A partir das evidências elencadas com as materialidades digitais, nos voltamos a tomar notas das configurações de (in)visibilidade que emergem com o uso do *Facebook* pelos estudantes no quarto capítulo; deslocando, assim, o preceito de que publicar seria suficiente para fazer-se visível. Ao considerarmos as lógicas de mediação algorítmica e as regulações que configuram experiências narrativas nessa plataforma, busca-se discutir uma relação em que visibilidades e invisibilidades coexistem em razão das relações nutridas com os outros a quem redes sociais se articulam em performances possíveis nesta ambiência digital.

Ao constatararmos que os interesses estudantis em dialogar com públicos para além dos que as redes sociais já mobilizavam não foram alcançados ao tomar o uso do *Facebook* como estratégia principal, discutimos no quinto capítulo as lições que tomamos a partir desse caso para, então, dialogar criticamente com as experiências realizadas por movimentos sociais em plataformas digitais. Trata-se de um chamado a conferirmos as indeterminações que configuram as ambiências digitais e, nisto, a mirarmos com atenção as performances desenvolvidas para circulação de ideias e disputas de narrativas.

Estas reflexões, sob o marco dos mais de 2.500 dias que já se passaram entre o desfecho das ocupações universitárias no Ceará e a redação final deste livro, são marcas temporais que recaem sobre as experiências e sobre os modos de escrita que aqui se dão. Por certo, as percepções partilhadas são tensionadas tanto pelo que vivíamos ao ocupar e ao comunicar em 2016 a recusa à Temer — ainda que os riscos de repressão e de criminalização nos perseguissem — quanto pelo percurso de iniciação científica na graduação em 2017 e de formação nos anos de 2018 a 2020 para tornar-me mestre em que olhares para a experiência forjaram saberes que aqui se delineiam.

CAPÍTULO 1

Insurgência estudantil para além das manchetes

“Era início de tarde e já tínhamos almoçado no restaurante universitário. Após a decisão coletiva de greve estudantil na UFC nos dias anteriores, realizamos uma assembleia estudantil para estudantes de Comunicação Social. Fomos prontos para ocupar o prédio em que reside o curso de Jornalismo e, não à toa, a decisão foi unânime entre os mais de cem estudantes de graduação e pós-graduação que definiram pela ação. Aquele era um lugar estratégico e, para mim, era a esquina mais bonita da cidade: no cruzamento da Av. da Universidade com a Av. 13 de Maio estavam a Reitoria, o Bosque da Letras, o Museu de Arte da UFC e o prédio do curso de Jornalismo — todos ocupados por estudantes dos cursos abrigados nestes espaços. Mal sabíamos, ao decidir ocupar, que aquele lugar seria palco icônico das principais imagens de resistência estudantil na capital.”

Esse relato, escrito por mim nos idos de 2017 enquanto caminhava para concluir a graduação, é uma das imagens possíveis dos atos de resistência à ruptura democrática que deslocavam os espaços dos formatos cotidianamente atribuídos e, com a nova ordem, propunham outras perspectivas para o contexto em que vivíamos. Nas cidades e nos campos, seriadas ocupações de espaços públicos e privados firmavam trincheiras em defesa da democracia, para demarcar em textos sensíveis as palavras de Boulos e Guimarães (2016, p. 139): “o ano de 2016 será lembrado em nossa história por um golpe de Estado”.

Estudantes secundaristas e universitários, de norte a sul do país, foram agentes de notória relevância na demarcação de tencionamentos sociais para evidenciar tanto os descontentamentos com a conjuntura política que os assolavam, quanto para dizer dos anseios e projeções para construir outros projetos de país. Ao ocupar escolas e universidades, “éramos desafiantes dos extremos que se aportavam entre os gabinetes de Brasília e as nossas realidades cotidianas nas universidades, nos bairros e, inclusive, nos afetos e nos modos de seguir a vida” (Macêdo, 2017b, p. 10) e produzíamos marcas em nossos corpos e nos espaços ao (des)figurar cotidianos acadêmicos e propor outras formas de poder.

As ocupações universitárias, neste fluxo, foram trincheiras erguidas por estudantes que enredam por vias simbólicas as percepções sobre o contexto político do país e sobre as sensibilidades que cadenciam na vida cotidiana. Admitindo, assim, cada experiência de ocupação como uma articulação coletiva de caráter heterogêneo: seja em relação aos agentes que a estruturam, seja entre o conjunto de ocupações que se articulam pelo país.

Um acontecimento, diferente de uma eclosão instantânea e inesperada, conflui como expressão das tomadas de posição diante de um contexto movediço pelo qual distintos atores sociais se entramam em adesões e em rupturas. Abertos à mutabilidade e movediços com o tempo, para Quéré (2005, p. 16), os acontecimentos desnivelam as homogeneizações dos vividos nas ordens do factual e tornam-se portadores e criadores de sentidos firmados nos atos de escrita e de leitura dos tex-

tos que comportam as narrativas. As notas que compartilho neste livro não se realizam considerando acontecimentos como uma erupção em si mesmos, descolados do contexto e dos agentes que o suscitam vida. Diferentemente de um ato autômato ou de afirmação singular, cada ocupação mobiliza uma demarcação peculiar que exprime as motivações de ocorrer e que configura uma cultura política singular sobre os modos de ocupar o espaço.

Ao mirar os contextos que mobilizam agências políticas de qualidades distintas em 2016, couberam duas posturas para tecer estas impressões: a primeira reside em valorar as perspectivas anguladas ao viver esta experiência, registrada em um caderno de anotações e partilhada por outros ocupantes em entrevistas que pautam o livro *Divino Maravilhoso das ocupações universitárias pós-golpe de 2016 no Ceará*; a segunda consiste em admitir tanto a parcialidade destes escritos, socialmente intencionados e impregnados pelas experiências, quanto a impossibilidade de encerrar as configurações políticas dos acontecimentos em um texto. Admitir estas relações, diferentemente do esforço para configurar explicações para os episódios que embalam um ano, um tempo e as contradições que os permeiam, é uma partilha sobre as formas que via tais acontecimentos ao vivê-los em aliança com aquelas que comigo caminhavam.

Isto é, aqui, dimensionar que um acontecimento está sempre envolto em instabilidades criativas ao tomar formas em vias narrativas. Ao confluir como uma construção simbólica em que atores diversos se encontram, é justo notar, como fizera Leal (2022), que nem experiências, nem textos e nem sujeitos envolvidos totalizam-se, para, então, reconhecer a vida que permeia os acontecimentos por negociações de sentidos enquanto abrimo-los a composições variadas e das quais não temos controle.

Para erguer as ocupações universitárias de 2016 como um acontecimento, permito-me percorrer notas e experiências vividas desde o ano anterior para, assim, adensar o contexto em que as iniciativas estudantis tomam formas. Neste rumo, discutir as marcas urgentes nas práticas de

desobediência civil que narramos a partir das experiências encarnadas é uma flexão que deixa ver uma das perspectivas possíveis em meio a um contexto de acirramento social e pela qual me volto a escrever este capítulo.

1.1 Notas sobre a vida dos acontecimentos em 2016

Estava inserido nas mobilizações estudantis em 2015 e integrava o Diretório Acadêmico Tristão de Athayde — DATA dos estudantes de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará. Vivíamos em Fortaleza sob o projeto anunciado como “Pátria Educadora” por Dilma Rousseff e, de forma mais veemente que nos anos anteriores, presenciamos cenas iniciais de precarização das universidades que foram escancaradas com uma série de reduções aos financiamentos na educação pública, com ênfase na graduação e na pós-graduação. Anunciada em maio, a política de ajustes fiscais aplicava cortes de R\$ 98 bilhões em áreas sociais e apresentava a linha de frente do governo que, no mesmo período, investia R\$ 188 bilhões no agronegócio sob forte denúncia estudantil.

Em paralelo à medida, professores deflagraram greve nacional em 28 de maio. A medida foi acompanhada pelos docentes da UFC após as iniciativas dos servidores e dos estudantes que aderiram à medida. A ação grevista articulou os três setores e seguiu por cinco meses, expondo o cenário crítico da educação em nível superior em mais de 50 instituições públicas.

Neste período, em julho, tivemos subtração de 75% no repasse ao Programa de Apoio à Pós-Graduação — PROAP. A medida causou danos ao fomento à pesquisa e ao ensino e, ainda naquele mês, a Universidade Federal da Bahia — UFBA (2016) suspendeu as atividades da pós-graduação por admitir não ter condições financeiras para manter os programas em funcionamento com apenas um quarto dos recursos previstos. Da Universidade Federal Rural do Semiárido — UFRSA (2016), no Rio Grande do Norte, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul — UFRGS (2016), no Rio Grande do Sul, pareceres técnicos das

Universidades foram expedidos para atestar a incapacidade de manutenção das atividades com o orçamento insuficiente.

Em outubro de 2015, a Câmara Federal aprovou — por ampla maioria — a Proposta de Emenda Constitucional — PEC n.º 395/2014 (Brasil, 2014), que estabelece a cobrança de mensalidades em pós-graduações *lato-sensu* e mestrados profissionais. Nesse mês, Brasília acolheu estudantes de todo o país em caravana capitaneada pela União Nacional dos Estudantes — UNE contra a política de arrocho fiscal e, após a dispersão, viu-se resistência estudantil com ocupações de Reitoria em Universidades Federais do Rio de Janeiro (UFRJ), do Ceará (UFC), de Minas Gerais (UFOP e UFJF), do Paraná (UFPR), do Amazonas (UFAM), do Espírito Santo (UFES), de Alagoas (UFAL), de Santa Catarina (UFSC) e do Rio Grande do Sul (UFPEL, UFRGS e UFSM).

Ainda que o *slogan* do Governo Federal posicionasse a educação em lugar privilegiado, a precarização sistemática e o escanteio da educação como aporte basilar para a soberania do país anunciavam muito sobre a afirmação de prioridades políticas. Apesar de eleito principalmente pelos setores políticos no espectro da esquerda e do centro, o governo de Dilma e as gestões anteriores de Lula trouxeram consigo a política de coalizão de classes que admitia negociações amplas com setores da direita para conferir governabilidade e manter-se no poder. A composição de chapa com Michel Temer (PMDB¹) e a concessão de elementos estruturantes do projeto político petista como a criminalização dos movimentos sociais pela Lei Antiterror (Brasil, 2016) são alguns exemplos, para além das questões sobre educação até aqui apresentadas, que nos dão pistas sobre as aberturas e negociações realizadas pelo Partido dos Trabalhadores — PT no xadrez político de Brasília para manter-se no poder. Após tantas aberturas, não tardou para que a situação fosse agravada através de um golpe, pois

para eles, mesmo o ajuste fiscal de Dilma, suas sinalizações quanto às reformas da previdência e fiscal, seu recuo no projeto do Pré-Sal e a Lei Antiterrorismo, entre outras medidas retrógradas encampadas por seu

governo, tornaram-se insuficientes. Querem mais, muito mais. Querem aplicar um programa que o governo Dilma não teria condições de fazer, um programa que jamais passaria pelo crivo das urnas e, por isso, só poderia tornar-se viável por um atalho golpista (Boulos; Guimarães, 2016, p. 139).

A ruptura da política de conciliação de classes ocorria nos meandros dos gabinetes de Brasília e instaurou-se formalmente nas sessões do Parlamento. Podemos pensar a destituição de Dilma Rousseff da cadeira presidencial como um golpe jurídico-midiático se valorarmos a articulação conjunta entre ornamentos burocráticos para exercícios de poderes do Estado e as alianças com fortes intentos na disputa de narrativas para justificar a medida. Ainda que o *impeachment* estivesse amparado em demarcações legais e ressoasse em produções midiáticas que admitiam a legitimidade do caso, os ritos performáticos que embalavam o processo estabeleciam contradições profundas ao mirar sujeitos “profundamente envolvidos em casos de corrupção [que] instituíram um processo de deposição contra a presidenta pretextando irregularidades contábeis, ‘pedaladas fiscais’”, como notara Löwy (2016, p. 64) ao referenciar o papel da Bancada do Boi, da Bala e da Bíblia — de caráter conservador e privatista — no estabelecimento do golpe.

A deposição de Dilma não conferia um demarcador inicial ou final a estes episódios. Como propunha Rovai (2016), “o golpe não é, o golpe vai sendo” no entremeio de experiências que tomam esse acontecimento como fundamento, como referência. Um outro projeto de poder ascendia ao reposicionar as tratativas e as relações entre perspectivas políticas que, por vezes, antagonizam na cena pública. Sob as insígnias de “Ordem e Progresso”, o governo de Michel Temer invocava elementos nacionalistas para radicar um projeto de controle social e de assujeitamento das diferenças sensíveis nas desigualdades sociais e regionais com apoio das bancadas parlamentares conservadoras e das Forças Militares.

Temer não demorou, como parte da agenda política, a angariar a Proposta de Emenda Constitucional n.º 55/2016 (Brasil, 2016), que

firmava o estabelecimento de um teto para a ordem do empenho orçamentário definido pela taxa de inflação do ano anterior. Em outras palavras, criava o congelamento dos investimentos públicos a partir do qual, por exemplo, a rubrica de educação poderia ficar abaixo do que era constitucionalmente exigido — caso este fosse o limite estabelecido ao fim do ano orçamentário.

Outra medida importante no campo da educação foi a retomada das discussões do “Programa Escola sem Partido” através do Projeto de Lei n.º 867 de 2015 (Brasil, 2015), que prevê a inclusão do mecanismo entre as diretrizes e bases da educação nacional. Reunindo discursos que vetam a participação política e a proposição de olhares críticos aos elementos constituintes das bases curriculares, a iniciativa que permeia censura — para além dos caracteres específicos que formatam os projetos de lei em municípios, em estados e na União — também se dá a partir de marcos regulatórios nas instituições de ensino. No Ceará, destaca-se o exemplo da UFC, onde,

aliada à formulação do PL Escola Sem Partido, a censura se fez palpável com o codinome Portaria 3131. Assinada em 18 de agosto de 2016 pela Reitoria, sem debate com a comunidade acadêmica, a medida proibia a colagem de cartazes nos espaços da Universidade antes de passarem por avaliação da administração superior; cobrava pelo uso de turnos nos auditórios, com quantia equivalente a R\$ 5,00 por poltrona do espaço a ser utilizado por estudantes, e impedia a realização de atividades de caráter político nos espaços de competência da UFC. Um nítido cerceamento dos direitos à liberdade de expressão e exercício político na Academia (Macêdo, 2017b, p. 21).

O ano de 2016 era marcado por uma lógica de polarização política em pensamentos extremos que atenuam o debate de ideias e que, como observado por Galego, Ortellado e Moretto (2017, p. 37), ao pensarem o panorama brasileiro, demarcam confrontos públicos entre pensamentos demarcados no conservadorismo punitivo e no progressismo compreensivo. Os pesquisadores tomam as manifestações de rua como

termômetro para constituírem delineamentos morais que são partilhados pelos envolvidos em manifestações políticas ao longo daquele ano.

A experiência de polarização política como expressão da ruptura com a dinâmica de conciliação exercida nos governos petistas normalizou o trato violento e a criminalização dos movimentos sociais nestes períodos como parte do processo de violação das liberdades democráticas, porque, com o golpe, “ganhou força o tipo de gente que defende a recepção à bala para o MST, o Choque³ cotidianamente nas ocupações urbanas do MTST, a extinção da CUT, a abertura da CPI da UNE”, como depuseram Boulos e Guimarães (2016, p. 141) a partir das experiências de contestação aos governos protagonizados por Dilma e por Temer.

É justo notar que a escalada conservadora ocorrida no Brasil acontece em paralelo a um cenário mundial de avanço do autoritarismo e das ideias fascistas que tomam formas tanto em atos contra democracias na América Latina, quanto na ampliação da bancada de grupos neonazistas nos Parlamentos Europeus. Nesses casos, a expressão da força contra divergentes tem se ampliado, pois vale lembrar que o Estado possui autorização para aplacar as resistências à agenda política que implementam; conferindo dinâmicas de perseguição aos movimentos sociais e às iniciativas contestatórias.

Temer, como presidente e como verbo que institui a agenda política do governo, constitui terrenos de polarização política que admitem o uso da força contra divergentes ao seu governo. Atos de propagação de ódio encarnados nas práticas de violência passaram a ser comuns na cena do debate público vide exemplos de ataques protofascistas ao Centro Acadêmico Frei Tito de Alencar, na Universidade Federal do Ceará; de agressões com choques elétricos e ataques LGBTfóbicos na Universidade de Brasília — UnB ou de colagem de lambes com dizeres machistas e racistas contendo agressões contra professoras feministas, narrada por Lola Aronovich (2016). Sem esquecer, por fim, do assassinato do estudante Diego Vieira Machado⁴ no início de julho, no Rio de Janeiro.

1.2 Ocupa e resiste!

Uma ocupação constitui ato de ruptura com as dinâmicas cotidianas para, nas cisões, (re)posicionar perspectivas que estavam escanteadas ou invisibilizadas na cena pública. A transgressão urge como um grito de atenção às palavras por tanto tempo sufocadas e, neste rumo, podemos pensar ocupações como um texto que nos permite ler as emergências de movimentos sociais ante as pautas em disputa, ante contextos de silenciamentos. As mobilizações estudantis ocorridas em 2006 no Chile, conhecidas como Revolta dos Pinguins, “tomaram as escolas, organizaram assembleias e saíram em passeatas, gritando palavras de ordem que sintetizavam um discurso político há muito tempo ausente”, como aponta Zibas (2008, p. 199) ao refletir que a greve estudantil tornou-se o maior ciclo de manifestações pós-ditadura no país e que a ocupação das instituições de ensino firmava depoimentos visíveis da insatisfação dos estudantes e das escassas aberturas ao diálogo pelos entes governamentais.

As experiências chilenas ressoavam imaginários do movimento estudantil na América Latina e constituíram influências para as ocupações brasileiras realizadas em 2015 por estudantes secundaristas que, iniciadas em São Paulo contra o fechamento de escolas e reorganização curricular, espalharam-se pelo país discutindo questões locais com iniciativas no Rio de Janeiro, em Goiás e em outros estados. O Ceará também participou desta onda contestatória em oposição ao fechamento de escolas e ao empenho reduzido do orçamento destinado à merenda escolar. As primeiras mobilizações no Ceará ocorreram em Fortaleza, na Região do Grande Bom Jardim e, como destacam Macêdo *et al.* (2018), estudantes reivindicavam as experiências chilenas e paulistas como referências que os inspiravam a realizarem atos contestatórios.

Durante as ocupações secundaristas, uma rede de solidariedade se constituiu entre estudantes. Em Fortaleza, universitários contribuíam com oficinas e atividades educativas, cozinhavam nas cozinhas das escolas enquanto secundaristas discutiam os rumos políticos do movimento

que protagonizavam. O inverso também ocorreu e os estudantes do ensino médio os ensinaram as tecnologias sociais que desenvolveram para ocupar escolas e, ainda naquele ano, universitários ocuparam reitorias de Universidades Federais em protesto aos cortes de investimentos e ao ajuste fiscal nas áreas sociais anunciados pelo Governo Dilma Roussef — entre elas estava UFC.

Essas experiências tencionaram as mobilizações possíveis em 2016, de modo que é justo mirar as ocupações ocorridas nesse ano como uma confluência de repertórios, de inspirações e de aprendizados com os saberes encarnados nas ações anteriores e possíveis de serem acessados pelas partilhas, pelos diálogos, pelas trocas entre agentes. Viver as ocupações de 2015 nas escolas e nas universidades cearenses e acionar os ensinamentos chilenos e paulistas permitiram, em 2016, um conjunto de saberes que fundamentavam um ponto de partida e que conferiam à “ocupação” um caráter de tecnologia social cunhada nas experiências, como discutem Macêdo, Nunes e Gadelha (2023)

Se, por um lado, as referências sobre ocupação como tecnologia social mobilizam as iniciativas estudantis; por outro, ela é adaptativa às tensões do contexto. Não se constitui, portanto, em uma receita, em um conjunto ordenado de processos; ao passo em que se faz como um percurso que se redimensiona ante as particularidades de cada experiência e das relações que ali se dão com aspectos macros da conjuntura nacional e elementos micros das dinâmicas entre agentes e o espaço em que vivem.

Diferentemente de 2015, em que as ocupações eram atos isolados e se articulavam com iniciativas contestatórias circunscritas aos setores da educação, o desequilíbrio democrático e a polarização política de 2016 se converteram em ondas de ocupações por todos os setores e espaços: as sedes do Ministério da Cultura por artistas em defesa da manutenção da entidade, as fazendas de Temer em São Paulo pelo MST e as Escolas e Universidades em aliança nacional.

O ano de 2016 constituía, para Bia Barbosa (2016, p. 35), ao referendar a capilaridade social e as tônicas das mobilizações, um contexto em

que “não se discute que as ruas têm sido o palco central da luta popular contra o golpe na democracia brasileira”. O envolvimento de agentes da sociedade civil com a mudança de agenda política ressoou em tomadas de posição diante da redução dos espaços formais de diálogo, a exemplo dos desmontes dos Conselhos Nacionais de Juventude e de Direitos Humanos, e do decorrente fechamento dos espaços de promoção de políticas sociais, como o MinC. Este entremeado conferiu um percurso de ocupações como tática central para visibilidade nacional e internacional das críticas ao governo Temer. Constatamos que

em movimento nacional e frenético, nasce uma onda de ocupações territoriais de escolas, ministérios, departamentos públicos, latifúndios, terrenos urbanos e, claro, Universidades que toaram expressividade na negação da agenda neoliberal que nos endereçavam de Brasília; tal qual propunham uma nova forma para lidar com tais espaços e para reconstruir a vida que fora abalada com o golpe (Macêdo, 2017b, p. 25-26).

De norte a sul do país, universitários compuseram este capítulo da narrativa em aliança com a retomada da Primavera Secundarista em 2016 por adolescentes paranaenses que ocuparam mais de mil escolas de ensino médio levantando bandeiras por “Fora Temer” e “em defesa da democracia”, questionando o caráter da PEC 55/2016 e criticando o conteúdo do Projeto de Lei do Escola sem Partido. A primeira experiência de ocupação universitária com essas marcas surge na Universidade Estadual do Oeste do Paraná — Unioeste e, rapidamente, alcançou outros campus de todo o país. Segundo mapeamento da União Nacional de Estudantes (2016a), em 24 de outubro, 130 unidades acadêmicas estavam ocupadas. Em 14 de novembro, somavam-se 221 Universidades à rede de mobilizações (UNE, 2016b).

Nesta pesquisa, destaco atenção ao percurso realizado no Ceará. Ainda cursava a graduação em Jornalismo na UFC e estava inserido nas articulações estaduais do movimento estudantil, condições que tencionaram meu olhar, minhas sensibilidades e minhas performances ao ocupar universidades e pelas quais escrevi o livro-reportagem *Divi-*

no Maravilhoso das Ocupações Universitárias pós-golpe de 2016 no Ceará para registrar narrativas da insurgência estudantil considerando as memórias, os vividos e os observados por mim e por um conjunto de entrevistados que se abriram aos encontros, que comigo dividiram trincheiras e histórias.

No Ceará, a trajetória nasce sertaneja. Estudantes paralisaram as atividades acadêmicas no Campus Cajazeiras do Instituto Federal do Ceará — IFCE na cidade de Iguatu, em 21 de outubro; seguiram ao Crato, onde universitários ocuparam a Reitoria da Universidade Regional do Cariri — URCA em 25 de outubro. Emergiram de Fortaleza fincando raízes no Departamento de Geografia da UFC em 1º de novembro e, junto à deflagração de greve estudantil em assembleia histórica com mais de 1.800 estudantes credenciados e que lotaram a Concha Acústica da UFC, o dia 3 de novembro deu pontapé na ampliação de ocupações pela capital.

A Greve Estudantil impulsionou a tomada de ocupações em 34 cursos de graduação em todos os *campi* da capital sob os dizeres: “O movimento estudantil possui a tarefa histórica de lutar por uma educação pública, gratuita e de qualidade. Nesta tarefa, muitas e muitos tombaram durante a ditadura militar. [...] É por uma tarefa histórica que ocupamos a UFC!” (DCE UFC, 2016). Em 4 de novembro, estudantes ocuparam o Campus Pirajá da Universidade Regional do Cariri — URCA. A Universidade Federal do Cariri — UFCA também floresceu, ocupando o Campus Crato em 5 de novembro; e o Campus Juazeiro do Norte no dia 9 de novembro. No mesmo dia, em Fortaleza, estudantes de Artes Visuais ocuparam o Campus Aldeota do IFCE. Em 16 de novembro, foi a vez da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira — UNILAB, no Campus da Liberdade, em Redenção, e do Campus Crato do IFCE. Em 22 de novembro, o Campus dos Palmares da UNILAB, em Acarape, aderiu à sequência.



Figura 1: Mapeamento de ocupações e greves estudantis no Ceará
 Fonte: Acervo da Pesquisa (2017)

As ocupações contaram com a participação de estudantes de graduação e pós-graduação que, coletivamente, via assembleias por cursos e por instituições deliberaram pela medida. A cada adesão, estudantes circulavam notas públicas reivindicando a conexão das iniciativas a um movimento nacionalizado, ao passo que elencavam as particularidades das pautas locais para negociação com as instituições. A ruptura fazia-se marcada, assim como nas experiências francesas de 1968, pelo informe de textos para circulação pública que assumiam a forma de notas e de faixas para anunciar que, ali, imperava nova ordem.

Ao ler as 32 notas, é possível notar que existia unidade entre as ocupações cearenses nas bandeiras políticas e na afirmação de vinculação ao movimento nacional, ao qual se ligavam por coletivos ou, em relação aos setores mais difusos, por plataformas de redes sociais. Os elementos políticos que orientavam a iniciativa, a ratificação de plataformas democráticas para tomada de decisões a partir de assembleias estudantis e o norteamento de uma nova cultura política como base do processo de desobediência civil são marcas comuns que identificamos ao investigarmos o conteúdo das notas de deflagração das ocupações universitárias no Ceará (Macêdo; Nunes, 2024b).

Contudo, ainda que esses elementos confirmem aproximações entre as iniciativas, importa demarcar que cada experiência estabelece singularidades a partir das formas, das adesões e das recusas que ocorrem ao modular estas dimensões às relações que se dão com o espaço e com outros agentes nutridos de interesses diversos. Em plataformas digitais, sobretudo no *Facebook*, estudantes realizavam disposições públicas ao narrarem sobre as experiências que viviam e ao tomarem posições no debate público que ocorria na plataforma privada.

Ao constituírem espaços para narrar as ocupações e para dialogar sobre as pautas políticas que advogam, cada página no *Facebook* é assumida pelos estudantes como uma ambiência de conexão e partilha com outras experiências e configura tática para inserção na disputa de narrativas sobre o caso. A ocupação estudantil da Reitoria da UFC em 2015 foi duramente criminalizada nas produções jornalísticas cearenses (Macêdo; Nunes, 2024a) e, considerando as experiências, o *Facebook* assumiu centralidade nas políticas para firmar diálogo público e para expor as perspectivas estudantis. Coube, nesta etapa da pesquisa, atenção às performances desempenhadas por estudantes nessa plataforma em conjunção às narrativas construídas para, com elas, discutir a efetividade das táticas desenvolvidas para inserção em disputas de sentidos sobre o caso.

1.3 Entre ruas e redes

Como ambiência principal para narrar as mobilizações universitárias no Ceará, o lançamento de páginas no *Facebook* figurou entre os passos iniciais para ocupar não só as instituições, mas também as redes digitais. Nisto, a construção de perfis aconteceu na mesma frequência e cartografia dos atos de contestação ao poder nos espaços universitários sem que o mesmo ocorresse em outras plataformas — que, por sua vez, não obtiveram adesão dessas iniciativas.

A primeira página foi iniciada em 22 de outubro, um dia após a ocupação do Instituto Federal do Ceará em Iguatu, através da página Ocupa IFCE Campus Iguatu, de nick @ocupaifce, com número de identificação: 1627112490824656 e voltada a narrar a experiência de desobediência civil na cidade localizada a 400 km da capital.

Em seguida, com a ocupação da Reitoria da URCA, no Crato, foi criada a OCUPA URCA 2016, com nick @ocupaurca2016 e sob número de identificação 195155354259359 desde 26 de outubro, no dia posterior à ocupação do espaço. Também fora ocupado o Campus Pirajá da Universidade Regional do Cariri. Entretanto, toda a comunicação virtual se deu através da página do Centro Acadêmico, de modo que, dado o recorte desta pesquisa, não compôs objeto de análise deste trabalho.

A página Comando de Greve Estudantil — UFC foi a única dessas que foi reciclada de experiências anteriores, adotando a página já existente da instância de mobilização estudantil criada em 2015 pela qual, em circuito nacional contra os cortes do Governo Dilma, universitários ocuparam a Reitoria da Universidade. Ela está acessível como @greveestudantilUFC e registrada com o número: 1689469584608011. O primeiro *post* realizado pela página referente às ocupações se deu no dia 7 de novembro, quatro dias após a realização da Assembleia de deflagração da mobilização estudantil e após as ocupações do Departamento de Geografia e da Faculdade de Educação.

Na região do Cariri, criaram a página OCUPA UFCA alocada em @ocupaufca e com registro 1825991587642551 para divulgação das posições políticas de estudantes de Juazeiro e do Crato que ocuparam os referidos *campi* da instituição. As primeiras publicações foram feitas em 9 de novembro, quatro dias após o estabelecimento das ocupações.

Diferentemente da experiência da UFC e UFCA, as experiências do IFCE não possuem tônica de unidade de ação na instituição, apesar de o movimento estudantil se expressar na existência de um único Diretório Central de Estudantes que congrega todos os *campus*. Nisto, no dia 9 de novembro, mesmo dia de ocupação, publicou-se a página Ocupação das Artes IFCE acessível em @OCUPARTES e arquivada na plataforma com o número: 1212956375428099. Esta relação expõe uma diferença importante na organização institucional do movimento estudantil na instituição, que se mostra mais difusa e menos articulada em relação às demais.

Por fim, a página OCUPA Unilab foi a última a ser criada sob identificação 156112954858426 e publicada em @ocupaunilab um dia após a ruptura com o cotidiano da instituição, em 17 de novembro.



Considerando os elementos políticos que permeiam as mobilizações estudantis nos diferentes contextos no micro dos *campi* das instituições cearenses, a adoção à tática de ocupação como tecnologia de comunicação social nos permite observar as formas de adesão, de aproximações e de distanciamentos em que cada experiência se firma no contexto macro. Isto é, ainda que estejam inseridas nas dinâmicas nacionais que configuram uma onda brasileira de ocupações universitárias, cada elaboração é deveras singular e faz-se como um texto que nos permite ler as disputas formatadas em cada lugar.

Entre as organizações coletivas para vivacidade das ocupações, a comunicação era central e ganhava formas particulares nas experiências cearenses. As comissões de comunicação eram responsáveis pela mediação com a imprensa e pela consolidação de uma política de construção de imagem própria que considerava as plataformas digitais como principal ambiência.

A adesão particular ao *Facebook* no centro da tática de comunicação, neste sentido, é uma decisão em que as dimensões do macro e do micro se combinam na construção dos modos de narrar ocupações e de torná-las textos vívidos para além do ato de erupção da desobediência civil. Logo, menos que tomar essa escolha como um disposto natural para atos disruptivos em razão da ampla adesão por movimentos sociais, como advoga Peruzzo (2017, p. 8), e por jovens, como elencam Howard e Wooley (2018, p. 243), no período do acontecimento em estudo, interessa colocar em questão os enredamentos possíveis entre estes agentes e as performances que desenvolvem considerando que as plataformas não são ambiências isonômicas e tampouco destinam-se a um diálogo horizontal entre usuários.

Se é verdade que o *Facebook* constituiu um espaço importante para mobilizações populares em espaços diferentes do mundo, como Primavera Árabe a partir de 2010 e como as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, é também verdade que as plataformas estão em constantes transformações e são (re)feitas sob correlações de poder que configu-

ram paralelos entre interesses dos detentores de poder e exercícios de desobediência civil. Logo, colocar em evidência as performances realizadas pelas ocupações ao narrarem sobre si no *Facebook* com intentos de posicionar-se nas disputas de narrativas é, aqui, um gesto para refletir sobre as relações entre comunicação e movimentos sociais a partir dos contornos que os usos da plataforma conferiram neste caso.

CAPÍTULO 2

Pode o estudante confrontar os jornais?

“Minha mãe até falou: ‘tu tá aparecendo na televisão’. O movimento foi tão repentino! Eu sabia que existia uma propensão a ocupar, mas não sabia como seria a tensão dentro da Assembleia. Então, não levei roupa e nem nada e dormi o primeiro dia com a roupa que eu *tava*. (risos) Aí, no feriado, muitas pessoas me perguntaram no *Facebook*: ‘O que você tá fazendo ali?’. Eram pessoas da minha família e familiares da minha namorada as pessoas que perguntavam sobre a ocupação porque me viram na televisão.

Aí percebi que *pra* quem *tava* de fora [a ocupação] teve uma repercussão muito grande porque passou na televisão. Querendo ou não, é um meio de comunicação que chega nas pessoas muito fácil, principalmente através da Rede Globo”.

Alisson Rodrigues tinha 23 anos, cursava Geografia na UFC e era integrante do Centro Acadêmico Amélia Alba quando partilhou essas memórias sobre os atos iniciais da ocupação das unidades do Campus do Pici — que estão disponíveis na íntegra em minha monografia (Macêdo, 2017a). No relato, o estudante percebia-se atônito com as abordagens de pessoas vindas de diferentes círculos sociais e que o interpelavam sobre o caráter de sua participação política a partir do que acessaram pelas narrativas jornalísticas que circularam na televisão.

A “repercussão” inesperada do caso entre a rede social de Alisson antes de acessar o testemunho de quem viveu o caso é, para o estudante, surpreendente ao tornar visível os poderes exercidos pelo telejornalismo ao tensionar compreensões sobre acontecimentos. No diálogo, Alisson usa o termo “hegemonia” (Macêdo, 2017a, p. 111) para posicionar o peso social que as narrativas jornalísticas e as produções circuladas por televisores assumiram na configuração de um imaginário sobre as ocupações. Ainda que o corpo na tela fosse de uma figura conhecida, de alguém familiar, os acontecimentos montados e narrados por jornalistas chegaram aos entes da redoma de Alisson antes de seu relato experiencial e embasaram tomadas de posição. Ao ser questionado e cobrado a partir do que consumiram pela televisão, as narrativas circulantes exerceram poderes na disputa de narrativas que o diálogo olho no olho com alguém de partilhas cotidianas não conseguira contrapor.

Ao considerarmos que as possibilidades de diálogo entre Alisson e as pessoas de seu entorno não estão disponíveis para todos os públicos que foram tocados pela composição audiovisual, podemos notar como os lugares praticados na disputa de narrativas se dão por exercícios de poderes deveras desiguais entre empresas jornalísticas e movimentos sociais. Os ornamentos de legitimação em torno de quem narra, a velocidade de circulação das narrativas e a possibilidade de disponibilizá-las para muitas pessoas conferem alguns elementos importantes que diferenciam os poderes simbólicos e materiais exercidos por diferentes

agentes que se propõem a (re)compor acontecimentos e a situá-los em fricções na medida em que são publicados.

O poder de produzir sentidos sobre os acontecimentos é conferido de modos desiguais para Gramsci (2002, p. 48) ao dispor sobre hegemonia como o conjunto de regras morais, saberes intelectuais e notas simbólicas assumidas como verdades indubitáveis capazes de exercer dominação não apenas por meio da força — que não é abolida das tratativas políticas e de dominação em nossos tempos — mas também pela aceção de costumes e valores socialmente preconcebidos. Nisto, a hegemonia cultural está intimamente relacionada às lógicas de concentração e à “combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso” de modo que, em conjunção, “a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações – os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados”, explica Gramsci (2002, p. 95).

Temos, nas leituras de Gramsci, uma relação em que coerções conformam consensos e sufocam as contradições sem, no entanto, dispersá-las ou dissolvê-las. O exercício da hegemonia configura poderes sociais que, por um lado, se retroalimentam; por outro, fundamentam iniciativas de ruptura, de proposições alternativas a partir dos sujeitos em que o poder é notado pelas imposições ou pela impossibilidade de exercê-lo.

O reconhecimento da hegemonia como um processo socialmente construído “não é, exceto analiticamente, um sistema ou uma estrutura”, como bem adverte Raymond Williams (1979, p. 15). Afinal, ela é movediça em razão dos confrontos no campo da cultura, admitindo que, mesmo com poderes díspares, culturas dominantes, alternativas e residuais estão em permanente atrito, em ranhuras constantes. Assim, diferentemente de composições homogêneas, relações sociais estão enredadas em elaborações heterogêneas marcadas por conflitos e pelas quais somos convocados a privilegiar atenção aos fluxos, às tensões que se desdobram entre agentes mobilizados por interesses diversos na cena social.

Assim, diferentes acontecimentos coexistem sob angulações distintas manejadas pelas intencionalidades do narrador e pelos exercícios de poderes que a ele se fazem disponíveis. Em vias narrativas, diferentes elaborações se enlaçam e se colidem nas dinâmicas sociais, conferindo disputas simbólicas sobre a compreensão de uma experiência sem, necessariamente, chegar a uma síntese; mas podendo, por vezes, posicionar perspectivas em níveis distintos de circulação e de aceitação.

Esta última admite, pois, lugar de atenção uma vez que é

um complexo realizado de experiências, relações e atividades, com pressões e limites específicos e mutáveis. Isto é, na prática a hegemonia não pode nunca ser singular [...] Além do mais (e isso é crucial, lembrando-nos o vigor necessário do conceito), não existe apenas passivamente como forma de dominação. Tem de ser renovada continuamente, recriada, defendida e modificada. Também sofre uma resistência continuada, limitada, alterada, desafiada por pressões que não são as suas próprias pressões (Williams, 1979, p. 115-116).

Interessa, assim, posicionar um texto tanto como expressão dos tensionamentos que o operam no processo de formulação, quanto como operador de disputas no campo da cultura ao fundamentar percepções sobre os acontecimentos e, com eles, sobre as lógicas sociais e os valores que fundamentam a vida em coletivo. As ocupações universitárias de 2016 apresentam casos interessantes para pensar essas relações se tomarmos as narrativas jornalísticas e as construções de si produzidas por estudantes e circuladas no *Facebook* como elaborações que, para além dos itens discursivos, narram os contextos que fundamentam as produções e os embates nos quais se inserem ao estarem dispostos aos outros ofertando proposições imaginativas sobre tais experiências.

A compreensão segundo a qual “nenhum registro apenas registra. Todo ele pressupõe o trabalho da linguagem, pressupõe uma tomada de posição dos sujeitos sociais. Todo registro é discurso e possui, assim, um mecanismo ideológico próprio, uma forma de funcionamento particular”, defendida por Ana Paula Ribeiro (2000, p. 37), é ponte

para compreender textos como artefatos da disputa de narrativas que, consecutivamente, estabelecem imaginários capazes de (des)estabilizar proposições de memórias.

Atestar as memórias como tomadas de posição ao nos inserirmos nas disputas de narrativas e nos exercícios de poderes é, em mesma via, um convite a retomar os escritos de Gramsci (2002, p. 36) nos tratados sobre hegemonia como expressão “das forças que atuam na história de um determinado período” e que confluem relações possíveis de serem analisadas em razão dos confrontos que as fundamentam. De tal modo, é justo identificar que as composições de memórias são correlações de forças que se dão no palco presente em que lembrar e esquecer flexionam-se em conjunção orientando-se ao devir. Os escritos de Moraes (2005, p. 94) bem conjugam estes termos ao considerar que memórias são expressões políticas que, por vezes, são propostas “pela imposição de uma hegemonia” sem, no entanto, conseguir “dar conta’ da complexidade social e dos processos em curso” em razão dos interesses em disputa.

Não é de hoje que narrar as coisas vividas configura exercício de poder e, ainda que em dimensões de menor alcance, as produções contra-hegemônicas ampliam possibilidades de acessar perspectivas que, sem elas, pouco conheceríamos. A possibilidade de Alisson narrar para sua família o que viveu nas ocupações, ainda que em alcance menor de público e em tempo posterior ao do telejornalismo, alarga os itens narrativos para tomada de posição de quem se propõe a ouvi-lo. Propor-se a falar, a toar outras perspectivas urge como imperativo dos movimentos sociais que têm na divergência com as lógicas hegemônicas o fundamento de ser, as razões para manterem-se vivos.

Em tempos marcados por sociabilidades digitais, os desafios em torno da disputa de narrativas assumem contornos por vezes inexplorados para muitas experiências contestatórias. Acumula-se, como um dos legados das mobilizações de junho de 2013 no Brasil, a percepção de que plataformas digitais permitiriam enraizamento social para figurar-se com equidade na disputa de narrativas com capacidade para

pautar, inclusive, a cobertura dos veículos comerciais de comunicação. As experiências brasileiras de 2013 adotaram, sobretudo, o *Facebook* para a dinâmica de disputa das narrativas “não apenas como espaço de divulgação das manifestações futuras, mas também como meio capaz de ecoar denúncias a respeito de repressão policial e cerceamento da liberdade de expressão, presente inclusive nos meios midiáticos”, como observara Alves Filho (2016) ao estudar o Movimento Passe Livre.

O lugar privilegiado que tem se reservado ao *Facebook* pelos movimentos sociais no Brasil e, de modo especial, pelas ocupações universitárias de 2016 no Ceará fazem desta decisão uma questão a ser deslocada do lugar pacífico e comunal que ocupa. Afinal, como ensina Márcia Vidal Nunes (2018, p. 7), “quando o ‘fato’ político é a própria utilização da mídia como instância política, a linguagem produzida, peculiar a cada processo midiático, implica uma nova forma de se fazer política” e, com ela, um conjunto peculiar de (re)arranjos que (des)articulam as dinâmicas conflitivas da vida em sociedade.

Uma característica dos movimentos sociais brasileiros, como exploram Nunes (2018) e Gohn (2013, 2017), está na ruptura com os silenciamentos históricos em torno de um acontecimento, de uma comunidade de sentidos ou de um atravessamento que mobiliza sujeitos de sensibilidades partilhadas. A inserção na disputa de narrativas é, assim, um traço constitutivo das iniciativas coletivas de movimentos sociais que, com elas, se redimensiona ao ter perspectivas ampliadas a partir da inserção de outras versões, de outras proposições. Importa, assim, destacar que as narrativas produzidas por agentes dissonantes do circuito hegemônico firmam expressões de memória, como destacam Henriques, Braga e Mafra (2007, p. 80), pois configuram

um dado da realidade, permitindo a confluência de interesses relacionados a esse dado para a existência do movimento; da relação da memória do movimento e seus antecedentes, fazendo uma comparação da luta atual com referências históricas ao eco das lutas passadas; ou da tradução e incorporação da causa do movimento, dos propósitos

por ele defendidos, sua palavra de ordem, estimulando reelaborações culturais do movimento através de seu público.

Há, pois, uma relação indissociável que configura movimentos sociais como processos comunicacionais que elencam visibilidade para bandeiras políticas, que tensionam a compreensão sobre a sociedade e os modos de se relacionar com determinadas situações. Ao conceber que “filosofia é dar ao próprio agir uma direção consciente”, Gramsci (1978, p. 21) produz a fundamentação essencial para que Melucci (1996, p. 123) compreendesse movimento social como “objeto construído pela análise”; logo, empreendido no somatório de forças e táticas com finalidades estratégicas resultantes da observação e avaliação do contexto para evocar “ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de incompatibilidade do sistema ao qual a ação se refere”. Na mesma via, Gohn (2010) exprime que o papel político dos movimentos sociais é “provocar a visibilidade do poder, obrigando-o a tomar forma” no intento para tornar públicas as angústias e reivindicações populares e promover debate público, expondo “conflitos e necessidades de mudança” e incidindo “como motor de transformação e como revelador dos pontos mortos, das contradições, dos silêncios que os aparatos dominantes tendem a ocultar”.

A insurgência dos movimentos sociais está ligada ao levante de visibilidade da agenda social que configura as intenções em disputa, produzindo, a partir da prática interventiva e do eco de narrativas, uma referência visível e transmissível sobre as bandeiras levantadas. Visibilidade é, nesse contexto, a somatória de valores simbólicos arquitetados com as tecnologias disponíveis para dar vazão às narrativas e para inserir-se na disputa da memória e das tomadas de posição.

Deste modo, como fizera Wilson Gomes (2004, p. 122), pensar a visibilidade como um processo e como um meio é conceber que “a popularidade e a impopularidade são o objeto de desejo ou termos dos agentes do campo político em tempo de eleição interminável” e que, com elas,

opera-se construções públicas que as transpassam — e nelas não se encerram. Mobilizando interesses em disputa, narrativas visibilizam as adesões e as recusas que as estruturam enquanto afirmação de um lócus pelo qual se concebem perspectivas sobre um dado acontecimento, uma dada experiência. Assim, os ditos e os não ditos afirmam regimes de visibilidades nas presenças e nas ausências fazendo do texto um terreno polissêmico que depõe as disputas de sentidos travadas durante a textualização; ao passo em que se inserem em tensões mais amplas nas dinâmicas sociais.

Por isso, as vias de diálogo com agrupamentos jornalísticos são uma prática para intervir na construção das narrativas que, nos fluxos produtivos, serão compostas sobre movimentos sociais como parte do labor cotidiano das redações. Empenhar diálogos com jornalistas é, assim, um esforço para tencionar e disputar — ainda que com agência restrita — os rumos do texto a fazer-se. O que não anula, por sua vez, as possibilidades de empenhar construções próprias e firmar narrativas de si com esforços de visibilidade elaborados pelos movimentos sociais, sejam em linguagens jornalísticas, sejam em produções narrativas e performáticas de origens diversas. O emprego de medidas para anunciar os posicionamentos e localizar pontos de vistas sem a mediação do jornalista é, para além da afirmação de autonomia, a produção seriada de registros e artefatos dos experienciados e das perspectivas naqueles espaços ocupados.

Alisson e os ocupantes do Departamento de Geografia acolheram jornalistas que buscaram a primeira ocupação em Fortaleza para produzir reportagens; sem, no entanto, privarem-se de produzirem suas próprias narrativas. No *Facebook*, em canais pessoais e na página do Comando de Greve da UFC, contaram das experiências e compartilharam as decisões referendadas pelos estudantes da unidade acadêmica.

O uso do *Facebook* como espaço prioritário de comunicação em situações de desobediência civil foi objeto de estudo de Tadeu Bousada (2017), que firmou atenção às ocupações universitárias de 2016

no Espírito Santo. Para o pesquisador, a plataforma “não só atuou na visibilidade de movimentos sociais anteriormente apagados pela comunicação tradicional, como tem todo o aporte estrutural para aglutinar interessados por toda a rede, o que facilita a mobilização popular [...] e a aderência de novos agentes”. Ao entrevistar ocupantes das iniciativas realizadas no Ceará, notei que esta é uma percepção partilhada ao identificarem o *Facebook* como espaço para ativação das redes sociais e, por meio dele, realizar diálogos e firmar posição na disputa de narrativas sobre os episódios de desobediência civil.

As ocupações universitárias se inserem em meio ao rol de experiências contestatórias que foram educadas a utilizar uma plataforma de caráter hegemônico no intento de alcançar as maiorias sociais e com elas firmar diálogos. Experiências como Mídia Ninja, Mídia Índia e outras produções realizadas por coletivos de comunicadoras que alcançaram maior projeção e visibilidade a partir do empenho de táticas em plataformas digitais são bons parâmetros para pensar sobre as brechas que já existiam no jornalismo para inserir conteúdo contestatório e, em paralelo, realizar dinâmicas próprias para demarcação política e circular narrativas. As dinâmicas de sociabilidade presentes em plataformas digitais redimensionam as disputas de narrativas em terreno ambíguo, na medida em que tanto facilitam a disposição de conteúdos para uma rede de contatos configurada pelos laços sociais ali firmados; quanto o acionamento dessa rede está submetido à regulação tecnológica sem transparência para os usuários.

Por isso, apesar de plataformas como o *Facebook* elencarem fóruns de debates sobre temas importantes, é justo tomá-las como um ambiente permeado por limitações. Ainda que seja tido por muitos usuários e militantes como espaço aglutinante para promoção de comunicação comunitária capaz de, ainda que em microesferas, empreender exercícios de cidadania; é também espaço de silenciamento quando a promessa de visibilidade é equacionada e as narrativas impossibilitadas de circular, inclusive, nas redomas que configuram a rede social de um usuário ou de uma página.

CAPÍTULO 3

Ocupando o *Facebook*

O *Facebook*, como apresentado, foi a plataforma adotada como centro das políticas de comunicação nas ocupações universitárias do Ceará em 2016. Constatamos, a partir do mapeamento dos intentos de comunicação dos estudantes, que páginas criadas na plataforma foram as disposições fundamentais para a circulação de informações elaboradas a partir das dinâmicas cotidianas das mobilizações e, com base nelas, notas públicas, cartas, convites, *banners* de divulgação de atividades, fotografias e outros componentes tornaram-se acessíveis ao público.

Por um lado, estudantes ocuparam o *Facebook*, tomando uma plataforma privada para usos contestatórios com pouco relevo sobre as lógicas que permeiam este espaço ante as opacidades que o configuram; por outro, ocupar as páginas desenvolvidas por estudantes e tomá-las como textos complexos das relações sociais empreendidas nestas paragens com a finalidade de disputar narrativas se constituiu como processo metodológico para refletirmos sobre as relações entre movimentos sociais e ambiências digitais a partir dos usos e performances realizadas neste caso.

Para manejar estes textos, o percurso de ocupação das páginas é um esforço para pesquisar em plataformas *online* que, como nos ensina Carlos D’Andrea (2020, p. 60-61), não se dá em fórmulas exatas ao passo em que nos demanda esforços específicos a partir das questões que nos mobilizam. Isto porque, ao tomarmos o *Facebook* como ambiência, ele se complexifica em razão dos atores diversos e das agências que são produzidas pelas relações ali firmadas, de modo que mirar uma página e as publicações que nela estão contidas demanda “esforço analítico” para considerar “uma cartografia das pautas, das disputas e das alianças desencadeadas a partir da instabilidade e opacidade das plataformas”.

As plataformas estão em constante mutação, seja pelas alterações das dinâmicas de mediação algorítmica, seja pelos usos sociais que a configuram em um dado contexto, em um dado lugar. Com isso, constituem uma ambiência dinâmica pelas quais as relações empreendidas tornam-se complexas e demandam contextualizações para situá-las em meio ao cenário que as fundamenta. Assim, importa considerarmos as dinâmicas de uso do *Facebook* por movimentos sociais — como fizemos no capítulo anterior — bem como importa considerar as características específicas dessa ambiência em correlação aos usos e performances desenvolvidos por ocupantes.

O caminho de ocupação como percurso de pesquisa se alia aos métodos digitais a partir do uso de Interfaces de Programação Aplicada - APIs públicas. Para D’Andrea (2020, p. 64), é possível

investigar como o social ou as controvérsias se constituem através de pesquisas empíricas baseadas na coleta, processamento e visualização de dados fornecidos por uma plataforma. Embora haja uma clara tendência de, em nome da “privacidade” dos usuários, se reduzir a oferta de dados através de APIs públicas, o uso de datasets com centenas, milhares ou milhões de tuítes, postagens ou comentários é uma prática cada vez mais presente e almejada nas pesquisas das Ciências Sociais Aplicadas.

Para isso, extraí todo o conteúdo disponível nas páginas a constituírem o objeto sob análise, sendo: @ocupaifce, @ocupaurca2016, @greve-estudantilUFC, @ocupaufca, @ocupartes e @ocupaunilab — já detalhadas anteriormente — a partir do sistema Netvizz¹ em dezembro de 2018, considerando as publicações realizadas entre 20 de setembro de 2016 e 18 de janeiro de 2017. Esse período demarca a criação da primeira página no IFCE Iguatu e o dia de encerramento da ocupação da Reitoria da URCA. A partir dessas páginas, foram congregados dados para realização de análises estruturadas em corpus que acumula 890 postagens.

A partir dos apontamentos de D'Andrea (2020, p. 53), o emprego de técnicas de manejo de dados não deve resultar em respostas finais, mas pode constituir uma ferramenta em potência para “abordar novos objetos de pesquisa de uma perspectiva crítica”. O uso de elaborações de dados estatísticos, aqui, não se volta a proposições homogeneizadoras; por outra via, combinado com as dinâmicas sociais das práticas orientadas pela plataforma que orientam a composição dos dados, busca-se constituir evidências sobre as performances realizadas para dispor narrativas e os lugares firmados na disputa de narrativas a partir das relações com outros agentes e sobre as redes sociais construídas no *Facebook* — que constituem os rumos deste capítulo.

3.1 Composições narrativas

Estamos lidando com um universo demarcado por interações entre usuários e conteúdos mediados por páginas em ambiência digital e, entendendo as postagens como elaborações narrativas que se enredam entre si para compor as páginas enquanto textos, o primeiro percurso de ocupação focou em leitura sistemática das publicações de modo a tatear o terreno em que estamos lidando e identificar primeiros padrões e indicadores. Descartando, por sua vez, a possibilidade de técnicas amostrais e os conteúdos publicados por outros usuários na *timeline* que não

o enunciador da página. Ao prepararmos o material para análise, temos 890 postagens distribuídas em:

PÁGINA			POSTS
@greveestudantilUFC	UFC	Fortaleza	205
@ocupaifce	IFCE	Iguatu	103
@ocupartes	IFCE	Fortaleza	129
@ocupaurca2016	URCA	Crato	120
@ocupaufca	UFCA	Crato e Juazeiro	194
@ocupaunilab	UNILAB	Redenção	139

Tabela 1: Distribuição dos *posts* nas páginas de ocupações
Fonte: Acervo de Pesquisa (2019)

O primeiro passo após esta operação foi o arquivamento dos *posts* por entender que as possibilidades de interação com o conteúdo permanecem ativas e para garantir o acesso ao corpus de pesquisa — dado que as publicações e as páginas podem ser excluídas. Com a tabulação dos dados outrora extraídos pelo Netvizz, o arquivamento nos permitiu elencar questões específicas a fim de serem respondidas a partir de elementos que consideram tanto dimensões do micro contidas em cada publicação; quanto do macro se considerarmos os dados que emergem das tabulações.

Nesse processo, agrupamos as publicações a partir de seus formatos textuais, considerando a presença de vídeos, de imagens, de *links* e de *posts* que possuíam apenas texto; e da composição, a fim de tomar notas das referências estratificadas dos usos de cada formato. A partir desses

agrupamentos, discutimos as proposições narrativas e as dinâmicas de circulação possibilitadas em cada formato pela lógica de mediação algorítmica da plataforma.

As intenções estudantis em figurar-se nas disputas de narrativas demandam dois esforços centrais de promoção das páginas: o primeiro está na construção e ampliação da rede de seguidores para constituir relações de diálogos que, por sua vez, são possíveis a partir da disposição de conteúdo que permita interação, o que conforma o segundo esforço. Nisto, é justo dar atenção ao formato, pois ele constitui um elemento importante nos fluxos de mediação algorítmica para públicos nichados.

Página	CONTEÚDO POR POSTAGEM							
	Imagens		Link		Video		Apenas Texto	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
@greveestudantilUFC	155	75,6%	32	15,60%	9	4,4%	9	4,4%
@ocupaifce	73	70,9%	6	5,8%	20	19,4%	4	3,9%
@ocupartes	105	81,4%	8	6,2%	4	3,1%	12	9,3%
@ocupaurca2016	86	71,7%	5	4,1%	9	7,5%	20	16,7%
@ocupaufca	150	77,3%	12	6,2%	10	5,2%	22	11,3%
@ocupaunilab	96	69,1%	11	7,9%	10	7,2%	22	15,8%

Tabela 2: Formato das postagens
Fonte: Acervo de Pesquisa (2019)

Temos a predominância do formato visual em imagens fixas na plataforma em todas as páginas. Com exceção da @ocupaunilab, todas as demais superam a marca de 70% na predominância de imagens em relação ao substrato total do conteúdo. Esta é uma consideração importante

sobre usos da plataforma e demonstra aspectos sobre a definição estética da performance digital em tempos em que o consumo de informação em redes é um processo fugaz e acelerado.

O segundo formato mais adotado para @ocupaunilab, @ocupaufca, @ocupaurca2016 e @ocupartes está na expressão de texto como única ferramenta em postagens em valores que superam os 10% para os três primeiros. Já @greveestudantilUFC opta pelo formato em links como segunda via e @ocupafce pela expressiva adoção de vídeos, sendo, de longe, a página que mais emprega o formato.

Interessa, ante as particularidades de cada formato, aprofundá-los a fim de discutir cada item, considerando suas nuances e particularidades de composição e de proposição narrativa. Uma questão importante a ser destacada, contudo, é: na medida em que publicações com imagens constituem o maior agrupamento de postagens, foi possível fazer uma leitura mais complexa delas, o que não ocorreu com os demais formatos em virtude da pequena quantidade disponível — como veremos a seguir.

3.1.1. Nas imagens

O alto uso de imagens nas publicações revela tanto a centralidade que este formato assumiu nas táticas de comunicação desenvolvidas pelos estudantes, quanto as dinâmicas de mediação algorítmica realizadas pela plataforma que ampliam as possibilidades de circulação em publicações que dispõem de elementos visuais. A partir dos formatos imagéticos, a ocupação das páginas permitiu delineá-los em torno de duas composições: na primeira estão os *cards* de feitura publicitária e na segunda constam os registros fotográficos. A partir destas duas redomas, empreendeu-se um segundo percurso de leituras das publicações a fim de tatear as elaborações narrativas que se efetivam nas publicações e traçar aproximações e distanciamentos entre elas na composição das páginas enquanto textos enredados. Entre os *cards*, encontramos as seguintes elaborações: de “Programação”, com chamados públicos para

atividades realizadas nos espaços ocupados; de “Notas”, que exprimem posicionamentos políticos, tecem pontes de solidariedade e divulgam conquistas; de “Campanha”, que promovem mobilizações de apoios e de doações para manutenção das ocupações; de “Meme”, propondo comichidade sobre assuntos correlatos às experiências cotidianas; “Explicativo”, reunindo publicações voltadas a justificar a ação e a denunciar aspectos particulares dos espaços ocupados; de “Cartoon”, agregando a linguagem por meio de expressões visuais e, por fim; de “Gestão”, orientadas ao manejo das páginas, como troca de capas e outras execuções.

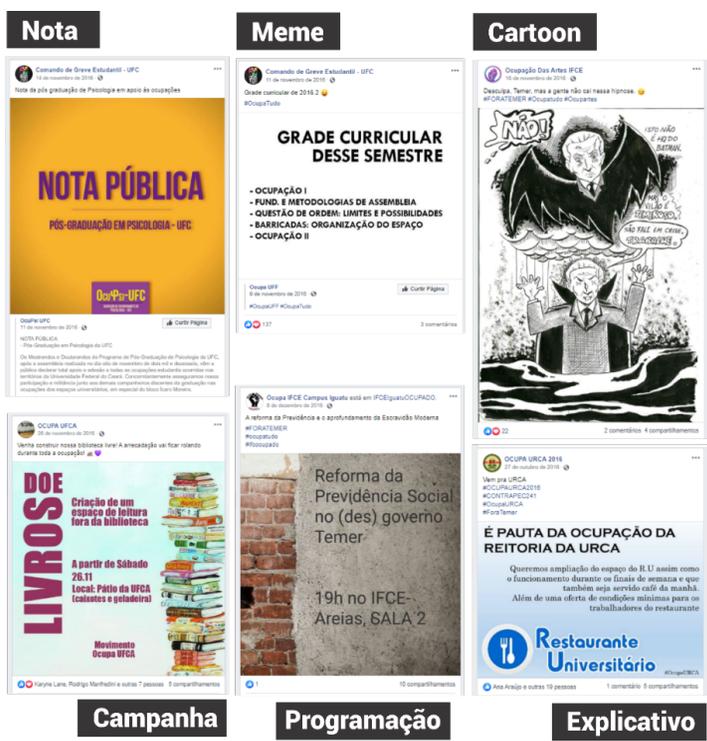


Figura 4: Tipos de publicações com cards
 Fonte: Acervo de Pesquisa

Quanto às fotografias, temos em: “Cotidiano” as que conjugam narrativa de ação comum nas ocupações; em “Ato de Rua” os relatos visuais das manifestações em vias públicas; em “Natureza” estão registros contemplativos do espaço que envolve o campus; em “Arquivo” figuram compartilhamentos de registros referentes a outros períodos; em “Demarcação” estão os registros de intervenções políticas que promovem cisões com as experiências cotidianas; e, por fim, em “Mobilização” são reunidas as imagens de eventos amplos para participação geral da comunidade universitária, a exemplo de assembleias. Essas duas últimas categorias também se subdividem em Internas e Externas às ocupações, dado que notamos a presença destas delimitações nas publicações que enredam estes agrupamentos.



Figura 5: Tipos de publicações com fotografias
Fonte: Acervo de pesquisa

Essas composições narrativas guiaram a tabulação dos dados e a organização das postagens para, com elas, viabilizar instrumentais para a realização das discussões propostas nesta pesquisa. A tabulação nos permite observar as recorrências e as efemeridades com que as proposições narrativas se efetivaram no conjunto enredado das páginas, como temos a seguir.

	PÁGINAS DAS OCUPAÇÕES											
	UFC		IFCE				URCA		UFCA		UNILAB	
			Iguatu		Fortaleza							
CARDS	125	79,9%	47	64,3%	71	67,7%	52	60,5%	83	55,3%	66	68,8%
Programação	109	70,4%	34	46,6%	50	47,6%	32	37,2%	75	50%	55	57,2%
Nota	5	3,2%	5	6,8%	3	2,9%	1	1,15%	1	0,6%	1	1%
Campanha	1	0,6%	-	-	4	3,8%	1	1,15%	1	0,6%	-	-
Meme	1	0,6%	2	2,7%	3	2,9%	-	-	-	-	3	3,2%
Explicativo	1	0,6%	-	-	2	1,9%	14	16,4%	2	1,4%	2	2,1%
Gestão	7	4,5%	6	8,2%	6	5,7%	4	4,6%	4	2,7%	3	3,2%
Cartoon	-	-	-	-	3	2,9%	-	-	-	-	2	2,1%
Fotografia	30	20,1%	26	35,7%	34	32,3%	34	39,5%	67	44,7%	30	31,2%
Cotidiano	7	4,5%	9	12,4%	27	25,7%	20	23,3%	60	40%	11	11,4%
Ato de rua	2	2,1%	1	1,4%	-	-	2	2,3%	1	0,6%	-	-
Demarcação	12	7,7%	6	8,2%	4	3,8%	6	7%	3	2%	4	4,2%
Dem. Externa	-	-	3	4,1%	-	-	2	2,3%	-	-	9	9,3%
Mobilização	9	5,8%	1	1,4%	3	2,8%	4	4,6%	2	1,4%	4	4,2%
Mob. Externa	-	-	2	2,7%	-	-	-	-	1	0,6%	-	-
Natureza	-	-	4	5,5%	-	-	-	-	-	-	-	-
Históricas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2,1%

Tabela 3: Composições e narrativas das imagens
Fonte: Acervo de Pesquisa (2019)

Primeiro, podemos ler como *cards* ocupam a maioria das imagens postadas em todos os cenários, chegando próximo a 80% no caso da UFC. Com atenção a este indicador, notamos que a categoria com majoritária expressão é a de “Programação”, alcançando métricas superiores a 50% em @ocupaunilab, com 57,2%, e em @greveestudantilUFC com 70,3% no quadro total de imagens dessas páginas e tendo, em @ocupaurca2016, valores inferiores a 45%.

Apesar dos convites firmados ao público para agendas e programações que elaboram experiências cotidianas e atribuem vida às ocupações, o uso prioritário desta composição configura narrativas modulares que reduzem as possibilidades de diálogo público sobre os posicionamentos políticos que desenvolvem sobre o contexto em que vivem a partir de notas ou de processos explicativos sobre as ocupações. Os valores de *cards* “Explicativos” são ínfimos quando comparados aos de “Programação” e, nisto, apenas @ocupaurca2016 destoa das demais.

@ocupaurca2016 também possui um indicador expressivo de narrações sobre “Programação”, marcado em 36,2%. Contudo, diferentemente das outras páginas, dedica-se a radicar campanha de diálogo em redes sobre as motivações políticas que impulsionam a ação. O número diminuto de postagens de cunho “Explicativo” nas outras páginas deixa ver, assim, que estas mais se voltaram a esforços para reduzir os efeitos da criminalização decorrente da ação a partir da oferta de serviços que construíam narrativas imagéticas que reforçavam o caráter de ensino, de pesquisa e de extensão das instituições; sem, no entanto, conseguir travar um diálogo aberto sobre as razões e os objetivos que orientaram tais medidas, que firmaram as ocupações. Esta correlação é um elemento importante para percebermos que, apesar das intenções de diálogos públicos, os apontamentos para estes fluxos assumiam contornos específicos com a produção de peças que se orientavam a defender e a legitimar as ocupações a partir de imaginários atrelados à vocativas de cidadania e de apaziguamento das tensões em detrimento de acirrá-las em demarcações que expusessem os elementos políticos que nortearam a desobediência civil.

É justo notar, ainda, que as demais composições são artifícios pouco explorados com produções articuladas a contextos específicos e, dessa forma, com adesão pouco expressiva na composição dos textos. Memes e *Cartoons*, por exemplo, pouco aparecem e, em todos os casos, são produções de agentes externos às ocupações.

As fotografias, se comparadas com os *cards* de programação, também tiveram uso menor. Ainda que estudantes reconhecessem que elas “fornecem um testemunho” em rumo convergente às discussões proferidas por Susan Sontag (2004, p. 16) ao tomá-las como mecanismos visuais de experiências, o repertório de criminalizações associadas aos movimentos sociais e as vividas nas ocupações de 2015 inibiam produções como parte das medidas protetivas — sobretudo nos momentos iniciais. Letícia Lima tinha 19 anos e era estudante de Psicologia na UFC quando conversamos e ela partilhou, como traço das ocupações no Centro de Humanidades, a escassa produção de registros.

Temos pouquíssimas coisas das ocupações. Pouquíssimas fotos, pouquíssimos vídeos porque era tanto medo da repressão que a gente não se dava o direito de bater foto de nada, de registrar nada. Eu acho isso uma coisa horrível, uma perda muito grande. [...] Mas, é mais uma vez aquela coisa sobre o estado de terror que a gente foi colocado: Uma foto que sai no Facebook e vai todo mundo preso!

Entre as fotografias publicadas, narrativas do cotidiano são as elaborações majoritárias nestas composições. Com exceção da UFC, única que não atinge a segunda casa decimal na porcentagem total entre imagens, a categoria desponta na construção de sentidos sobre o uso comum das ocupações. A @ocupaufca é quem mais adere a esta envergadura, ao calcular 40% das imagens voltadas a esta finalidade em coberturas fotográficas das atividades realizadas. A expressão do cotidiano se efetiva em inscrições visuais das programações divulgadas nos *cards*, reforçando, assim, o sentido narrativo de abertura das ocupações, de zelo com o espaço e de ato pacífico que, na constância das recorrências, propõe esta narrativa como a perspectiva comum ao espaço ocupado.

Se somarmos os indicadores dos usos dos *cards* de “Programação” e das fotografias de “Cotidiano”, encontraremos altos indicadores de adesão à estas composições e, com elas, a configuração de narrativas que estruturam imaginários de cotidianos ao elaborar proposições de normalidade ao regime estabelecido com as ocupações. E, com isso, dirimir a criminalização possível com a desobediência civil que fundamenta as tomadas de poder de instituições federais e estaduais.

As narrativas de “Demarcação” e de “Mobilização”, por outro lado, produzem cisões com as lógicas cotidianas narradas nas páginas e, quando somadas, apenas em @greveestudantilUFC alcançam mais que 2 dígitos com 13,5% do total de postagens com imagens. Identificamos que os “Atos de Rua” pouco aparecem nas páginas, ainda que fossem frequentes e que formatassem um momento político bastante aquecido e midiaticável, propício ao agendamento dadas as amplas adesões de setores diversos que se somaram às iniciativas nas cidades em que ocorreram. Ainda que ocupantes fossem parte importante dos corpos a dinamizarem o fluxo dos atos políticos, as relações entre as ruas e as redes assumiam modulações distintas ante os interesses de manejarem perspectivas sobre si em narrativas. Tanto os atos quanto as publicações são textos repletos de significações que, de modos articulados em práti-

cas *offline* e *online*, denotam pesos e prioridades nas táticas de comunicação a partir das adesões e das recusas.

Não pode passar despercebido que @ocupaunilab é a página que mais compartilha ações de “Demarcação” e de “Mobilização” externas à instituição e, nisto, divulga iniciativas de terceiros mais do que as ocorridas na própria Universidade. @ocupaifce e @ocupaurca também realizam a ação de modo notório, mas os valores não superam as marcas das ações locais. Com exceção da @ocupaufca, que realiza um *post* fazendo alusão às mobilizações nas Universidades Federais no Ceará, nenhuma outra narrativa externa diz respeito a experiências cearenses, acionando, com recorrência, casos ocorridos em Brasília e em cidades sudestinas com apontamentos de solidariedade e de irmandade ante as pautas compartilhadas.

3.1.2 Nos vídeos

Em decorrência da quantidade restrita de itens para análise, optamos aqui em não estabelecer crivos quanto à composição deste formato para, deste modo, dar mais atenção às elaborações narrativas. Dentre elas, destaca-se a construção de “Imagens cotidianas” em que peças audiovisuais registram as práticas comuns nas ocupações; as “Falas explicativas” para contextualizar os acontecimentos a partir de argumentos que justificam as ocupações; os vídeos “Agitativos” voltados à disseminação de paródias, memes e palavras de ordem; os recortes de “Denúncias” que expõem questões estruturais da Universidade e justificam a medida de ocupação; a realização de “Debates” que partilham discussões realizadas nas ocupações e, por fim; “Externos”, que se capilarizam na reprodução de vídeos produzidos por outras experiências de ocupação. Deste modo, temos:

VÍDEOS	PÁGINAS DAS OCUPAÇÕES EM											
	UFC		IFCE				URCA		UFCA		UNILAB	
			Iguatu		Fortaleza							
Imagens Cotidianas	2	22%	7	35%	2	50%	3	34%	4	40%	1	10%
Falas Explicativas	3	33%	5	15%	1	25%	1	-	4	40%	1	10%
Agitativos	4	45%	-	10%	-	-	1	11%	1	10%	1	-
Denúncias	-	-	2	10%	-	-	-	22%	-	-	-	20%
Debate	-	-	-	15%	-	-	14	22%	1	10%	2	20%
Externos	-	-	6	15%	1	25%	4	11%	-	-	2	
Total	9		20		4		9		10			

Tabela 4: Narrativa dos vídeos
 Fonte: Acervo de Pesquisa (2019)

Todas as produções são realizadas por celular e, com eles, as produções assumem aspectos testemunhais a partir de um olhar de perto e de dentro, atravessado e integrante das ocupações. O uso de vídeos apresenta-se em quantitativos expressivos no IFCE Iguatu, somando 19% em relação ao total de postagens da página. Nos demais, expressam indicadores abaixo de 10%. Esta relação atesta que, para a maioria, o formato audiovisual não se localizou como linguagem comum para narrar, sendo adotado, sobretudo, com “Imagens Cotidianas”. Esta última foi a única composição narrativa a estar presente em todas as páginas e a que possuía maior quantidade de exemplos.



Figura 6: “Imagens cotidianas” em vídeo
Fonte: Acervo de Pesquisa (2019)

“Falas Explicativas” é a segunda composição narrativa com maior adesão. Para além de ampliar as dimensões de acessibilidade, a exemplo do vídeo em Libras disponibilizado por @greveestudantilUFC, as afirmativas direcionadas ao diálogo e à exposição de argumentos situam o propósito das produções de expor as motivações que orientam as ocupações. Essas produções elencavam as pautas políticas que reivindicavam para o país e para as instituições de ensino em que estavam inseridos. Neste rumo, apenas @ocupaurca2016 não realizou vídeos com falas explicativas, ainda que, por sua vez, ofertasse um conjunto de cards com esse fim.

Quanto aos “Agitativos”, consistiam sobretudo em paródias. Um bom exemplo é o Funk da História, produzido na Universidade Federal do Ceará, publicado no Youtube e compartilhado em @greveestudantilUFC. Apenas um meme em audiovisual foi identificado, postado por @ocupaunilab. Um caso interessante de circulação das produções está no vídeo em caráter de palavra de ordem que, produzido na Faculdade de Educação da UFC, fora também publicado em @ocupaurca2016, em @

ocupaifce e em @greveestudantilUFC, sendo este o único caso em que um audiovisual circula por páginas de outras experiências do Ceará.

Os formatos audiovisuais por transmissão ao vivo foram utilizados apenas nas experiências interioranas — e em todas elas —, replicando os debates na plataforma, possibilitando conexões dos usuários ao conteúdo e arquivando o registro sob as lógicas do *Facebook*. Os vídeos com “denúncias” também sofrem recorte territorial, notando-se a adesão a esta composição narrativa no sul do Ceará nas experiências de @ocupaifce e @ocupaurca2016.

Quanto aos “Externos”, todos dizem respeito à experiência de outros estados e eram compartilhados aliados a textos que articulavam o sentido de ampla nacionalização das ocupações. Tomamos nota de apenas um registro em rumo diferente, realizado pela @ocupaunilab, sobre as ocupações chilenas dos secundaristas conhecidas como a Revolta dos Pinguins.

3.1.3 Nos links

Aqui também tivemos uma quantidade diminuta de itens para análise e, por isso, optou-se por focar nas composições narrativas que despontaram nas publicações. Assim, a leitura das publicações permitiu elencá-las nas seguintes elaborações: “Jornalísticos”, quando apresentavam produções de redações e de editorias que partilhavam perspectivas sobre as dinâmicas locais e nacionais das ocupações; “Institucionais”, com matérias produzidas pelos sites das Universidades ocupadas; “Embaixadores”, que constituem textos que fundamentavam argumentações em defesa das iniciativas estudantis; de “Mobilização”, agrupando publicações realizadas por outras páginas e perfis disponíveis na plataforma e; por último, as de “Engajamento”, que oferecem mecanismos para adesão em práticas interativas. Nesta composição, temos:

LINKS	PÁGINAS DAS OCUPAÇÕES EM											
	UFC		IFCE				URCA		UFCA		UNILAB	
			Iguatu		Fortaleza							
Jornalísticos	7	21,9%	-	-	4	50%	2	40%	1	8,3%	5	45,4%
Institucionais	1	3,1%	1	16,7%	-	-	-	-	7	8,3%	1	9,2%
Embasadores	3	9,3%	2	33,3%	2	25%	1	20%	3	25%	-	-
Mobilização	17	53,2%	1	16,7%	2	25%	1	20%	7	58,4%	5	45,4%
Engajamento	4	12,5%	2	33,3%	-	-	1	20%	-	-	-	-
Total	32		6		8		5		12		11	

Tabela 5: Narrativa dos links
Fonte: Acervo de Pesquisa (2019)

Os *links* compartilhados são, sobretudo, matérias jornalísticas que discutem sobre a PEC 55/2016 ou que reforçam publicamente construções de sentidos sobre as ocupações. Nisto, a disposição dos links tem a finalidade de legitimar as narrativas elaboradas por estudantes a partir do acionamento dos exercícios de poderes e das vocativas de autoridades dos sujeitos e instituições que firmam perspectivas sobre o caso. A página da UFC é a que mais explora o artifício, adotando este formato em 15% das publicações realizadas.

Quanto à alcunha “Jornalística”, observamos de modo mais detalhado que a maioria das matérias compartilhadas versava especificamente sobre as ocupações e, com elas, se deu uma quantidade expressiva de engajamentos dos usuários em compartilhamentos. Além destas, notamos que @ocupaunilab e @greveestudantilUFC publicaram *links* de matérias sobre ocupações em outras instituições de ensino e sobre assuntos outros que julgaram pertinentes. Partilharam, ainda, produções

opinativas de circulação nos jornais em dois casos em @greveestudantilUFC e um em @ocupaunilab.

As publicações de links “Institucionais” se constituem de informes públicos sobre a adequação de calendários acadêmicos ou de publicações anteriores às ocupações que são utilizadas por estudantes como motes para a construção de argumentos e para a cobrança em torno das pautas que mobilizam as iniciativas. Os “Embaixadores”, nesta via, se fundamentam como suportes de advocacy para manutenção das ocupações. Deste último, é importante notar as contribuições da Defensoria Pública da União e a circulação da cartilha produzida pelo órgão que, no manejo das publicações, percebemos ter sido publicada em quase todas as páginas — com exceção da @ocupaunilab — e sendo, por vezes, o único embaixador, como em @ocupaurca2016. Outro embaixador foi o único panfleto mapeado na pesquisa, desenvolvido pela Comissão de Comunicação do Comando de Greve da UFC, que fora publicado no Issuu e disponibilizado em @greveestudantilUFC.

Sobre “Mobilização”, é importante notar que essa é a única categoria adotada por todas as páginas. A maior expressão nessa categoria está nos compartilhamentos de links de outras páginas decorrentes de unidades ocupadas nas instituições a fim de divulgar os canais, a exemplo dos notórios 12 casos contabilizados em @greveestudantilUFC.

“Engajamento” é o menos explorado entre as categorias propostas. Trazemos com destaque a aplicação do game chamado “Faça sua PEC”, desenvolvido por estudantes-ocupantes do curso de Sistemas e Mídias Digitais da UFC. A iniciativa estimulava o usuário a escolher medidas públicas a serem propostas ao parlamento e apresentava, em resposta, a votação dos parlamentares e a correlação de forças no legislativo em apoio ou abandono daquela plataforma política — uma ótima aplicação pedagógica para tomar notas das leituras dos estudantes sobre a conjuntura política, sobre e-democracia e sobre interesse público. Naquele período, o Facebook não comportava publicações de imagens animadas em extensão *.gif* e, por isso, elas eram postadas como *links*. Em todos os

casos notados, elas cumpriam papel de memes voltados ao engajamento do usuário.

3.1.4 Nos textões

Nesta seção, trataremos apenas das publicações compostas exclusivamente por textos sem recursos multimidiáticos. Mais uma vez, temos neste formato um número relativamente pequeno quando comparado aos demais, razão que impulsionou a opção por dedicar atenção às composições narrativas. Para tal, é possível considerar que as publicações voltam-se à “Informe”, ao notificarem um aspecto relevante e de urgência; à “Programação”, ao esboçarem divulgação de atividades; à “Nota”, quando expressam posicionamentos públicos; e ao “Meme”, ao reunirem construções de efeito cômico; e, para fechar, à “Campanha”, para a doação de itens. Nestas composições, temos:

LINKS	PÁGINAS DAS OCUPAÇÕES EM											
	UFC		IFCE				URCA		UFCA		UNILAB	
			Iguatu		Fortaleza							
Informe	3	33,3%	1	25%	4	33,3%	4	20%	7	31,8%	7	41,8%
Programação	4	44,5%	2	50%	3	25%	6	30%	9	40,9%	11	50%
Nota	2	22,2%	1	25%	3	25%	9	45%	4	18,2%	3	13,7%
Meme	-	-	-	-	-	-	-	-	2	9,1%	-	-
Companhia	-	-	-	-	2	16,7%	1	5%	-	-	1	4,5%
Total	9		4		12		20		22		22	

Tabela 6: Composição narrativas dos textões
Fonte: Acervo de Pesquisa (2019)

Com exceção do “Meme”, percebemos que a adoção deste formato se dá para a abordagem de um conjunto de informações urgentes, pouco planejadas e dispostas na rede como expressão do imediatismo e da necessidade de, brevemente, circulá-las. Esta categoria, por sua vez, é bem pouco expressiva e aparece apenas em @ocupaufca em arranjos textuais voltado a arrancar risos e engajamentos.

Com a ideia de que “existe algo fundamental a ser mostrado”, a formatação dos *posts* com textões estava, em ampla maioria, relacionada a produções apressadas, a exemplo da convocatória de assembleia extraordinária a iniciar-se 30 minutos após a publicação de @ocupaunilab. Quando aliamos as leituras das publicações que dispõem de formatos visuais às postagens com textões, percebemos que, em todas as produções, a adoção de imagens nas publicações é uma tática central para ampliar a difusão do conteúdo. Assim, caso tivessem aparato ou tempo hábil para converter o texto em imagem para circulação, essas publicações potencialmente não existiriam.

Mais uma vez, o formato predominante é “Programação”, estabelecendo o chamado para as atividades disponíveis nas ocupações. Vale destacar que, diferentemente dos cards, o chamado para reuniões e espaços privilegiados de decisão se deu, sobretudo, nesse formato, somando três em @greveestudantilUFC, dois em @ocupaunilab e um em @ocupaufca e em @ocupaurca2016. É nesse formato, ainda, que está disposto o maior quantitativo de diálogos orientados em “Informes” públicos e de posicionamentos em “Notas”, exprimindo, portanto, uma prática comum para exposição de ideias.

3.2 Performances digitais ao narrar

Afinado ao percurso de ocupação nas páginas realizado até aqui, em que pudemos tomar notas das composições narrativas articuladas aos formatos disponibilizados pelo *Facebook* para publicação, aprofundou-se a leitura dos dados tabulados com as informações dos *posts* a fim de

tomar notas das performances digitais empreendidas pelos estudantes para partilhar experiências e propor narrativas de si na plataforma.

Ao tomarmos performance como experiência em que se configuram identidades políticas, é justo notar que as regulações das ambiências digitais confluem e tensionam as qualidades de atuação ali possíveis. Por isso, as práticas desenvolvidas por estudantes para disporem narrativas confluem em performances digitais para Macêdo e Nunes (2022) na medida em que os modos de agência política estão condicionados à experiência proposta pelo *Facebook*, o que demanda aos estudantes conhecimentos prévios do espaço e das regras que configuram regimes de (in)visibilidade.

Em 2016, o *Facebook* empenhava lógicas progressivas de mediação algorítmica. Isto é, um fluxo constante de interações com outros usuários ampliaria o acesso às narrativas publicadas em razão da fortaleza dos vínculos digitais construídos. Por isso, o primeiro empenho de leitura das performances foi considerarmos a quantidade de *posts* realizados pelas páginas a cada dia, considerando a data de criação como marcador inicial. Disto, sistematizou-se:

PÁGINA	IBS	0 posts	QUANTIDADE			
			1 a 5 posts	6 a 10 posts	11 a 15 posts	16 a 19 posts
@greveestudantilUFC	UFC	34	18	6	5	3
@ocupaifce	IFCE	24	50	-	-	-
@ocupartes	IFCE	4	38	3	-	-
@ocupaurca2016	URCA	39	43	1	1	1
@ocupaufca	UFCA	2	17	14	3	-
@ocupaunilab	UNILAB	28	19	5	3	1

Tabela 7: Volume de postagens por dia.
Fonte: Acervo de P

Estes indicadores nos permitem observar três aspectos interessantes ao considerarmos as recomendações do *Facebook* em dinamizar performances que considerem entre uma e cinco postagens diárias em páginas a fim de aprofundar os vínculos com o público cativado, de descentralizar o fluxo das informações e de inibir a concentração de um número excessivo de publicações de um mesmo enunciador.

Em relação ao primeiro, ao nos debruçarmos sobre a quantidade de dias sem postagens, podemos perceber em @ocupaunilab e em @greveestudantilUFC números maiores que os de adesão ao parâmetro estabelecido; enquanto, por sua vez, temos em @ocupaufca e @ocupartes um fluxo insuficiente para garantir boas métricas, expressos nas semanas sem alimentação da plataforma.

No que diz respeito ao segundo, atentas ao excedente às orientações da plataforma, percebemos que @ocupaufca contabiliza a mesma quantidade de dias em que realiza adesão à esta prerrogativa e em que ultrapassa os limites. Já @ocupaunilab e @greveestudantilUFC possuem dias em que realizam mais que o dobro das publicações sugeridas. Esta performance nomeia-se por *overposting* quando, em escala métrica, uma página realiza *posts* em quantidade excedente e de forma contínua.

O terceiro aspecto se relaciona com a aferição da desigualdade na distribuição das publicações entre os dias, de modo que as únicas páginas que realizaram mais de 16 postagens no mesmo dia são, em contrapartida, as mesmas que passaram mais dias sem realizar quaisquer publicações: @greveestudantilUFC, @ocupaurca2016 e @ocupaunilab, como podemos observar no gráfico a seguir.

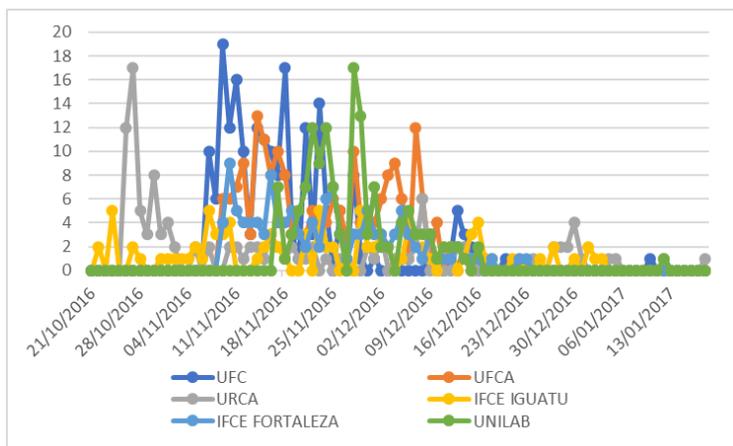


Gráfico 1: Fluxo de postagens diárias nas páginas
 Fonte: Acervo de Pesquisa (2019).

Podemos, aqui, visualizar de modo mais acentuado os períodos de *overposting* e os que as narrativas são escassas. Temos um boom de saturação da *timeline* em quase todos os canais logo após o início das ocupações, com exceção da @ocupaifce, que nunca ultrapassa cinco postagens diárias. O gráfico modula-se em curvas acentuadas, evidenciando dias de *overposting* em aliança aos dias sem publicações, reforçando, assim, atenção às diferentes densidades e pesos conferidos aos acontecimentos que ocorrem a cada dia e que, sob o julgamento dos estudantes, merecem visibilidade.

Ainda que um acontecimento macro atravessasse todas as ocupações, a qualidade destas relações e o peso conferido ao construir narrativas se dá de modos particulares com adesões e renúncias nos modos de partilhar e de construir sentidos sobre um dado vivido. Elencando, assim, as heterogeneidades pelas quais cada coletivo de estudantes radica performances para narrar os processos que vivem e para compor contornos singulares aos acontecimentos a partir dos interesses que os mobilizam.

Diferentemente das redações jornalísticas nutridas por reuniões de pautas e planejamentos estratégicos que orientam a produção de sen-

tidos e a costura narrativa sobre os acontecimentos, as comissões de comunicação pouco se reuniam e encaminhavam as tarefas a partir de pactuações realizadas pelo *Whatsapp* ou em conversas de corredores segundo as disponibilidades movediças dos ocupantes envolvidos — a exemplo do que apuramos em entrevistas contidas no trabalho de Macêdo (2017a). A gestão das páginas possuía uma composição editorial fluida em que a curadoria das produções refletia o fluxo e as disposições dos envolvidos e, nisto, havia pouca — ou nenhuma — definição, em termos de dimensões táticas, dos traçados narrativos sobre as ocupações.

Nisto, diferentemente das narrativas elaboradas pelos jornais *O Povo e Diário do Nordeste* sobre as ocupações (Macêdo, Nunes, 2024a), não temos aqui um circuito narrativo contínuo. Temos, por outro lado, um apanhado de proposições que realizam pontes e rupturas ante o fluxo imprevisível no calor de experiências comunicacionais sob as tensões da urgência. Ofertando com recorrência os convites para programações e dispondo os registros fotográficos disponíveis a fim de compor figuras sobre um cotidiano em torno das ocupações, o fluxo disposto nas páginas enquanto textos complexos expõe as proposições narrativas ali constantes como depoimentos dos acirramentos, das instabilidades e dos fluxos frenéticos em que a comunicação assumia lugar de poucos esforços enquanto tática para disputa das posições políticas em torno da PEC 55/2016 ou das perspectivas sobre o governo Temer.

Notamos que a disposição do cotidiano em programações e em ritos comunais que constituem imaginários atribuídos à cidadania para inibir a criminalização das iniciativas era a única orientação narrativa que assumia contornos planejados, percursos seriados sob execução fiel e tática em todos os casos. A divulgação das ações abertas e o depoimento dos modos e dos usos dos espaços estabeleceram-se como tática para costurar sentidos e dirimir os ataques que as ocupações tendiam a sofrer, atribuindo, assim, proposições de normalidade ao espaço acadêmico. Apesar de se nutrirem em debates e oficinas incomuns ao currí-

culo dos cursos ofertados nas unidades acadêmicas das instituições, o chamado ao debate público permitia a construção de narrativa na qual o espaço continuava exercendo seu papel: produzindo conhecimentos.

A ausência de campanhas articuladas em torno de alguma pauta específica de reivindicação estudantil ou do pronunciamento de apontamentos políticos mais constantes torna visível que os empenhos para construir figurações públicas e para elencar elementos ao diálogo, por sua vez, estão envoltos em posturas defensivas em face dos intentos de criminalização. Considerar este contexto é, a partir dos itens discutidos até aqui, um chamado a colocarmos em evidência a narrativa construída nos canais de comunicação pública das ocupações sobre os estudantes e sobre o ato de ocupação.

Temos em @greveestudantilUFC, @ocupaufca, @ocupaunilab, @ocupaifce e @ocupartes uma elaboração narrativa que posiciona o ato de ocupação como expressão do direito à manifestação política e, no escopo da legalidade e da adequação à ordem pública, um exercício de cidadania. Essa composição, por vezes, contrasta com o imperativo de desobediência civil que caracteriza as ocupações e a tomada de poderes realizada pelos estudantes; deixando ver, deste modo, a modulação de diferentes narrativas a depender dos interesses elencados em determinados espaços de afirmação. Nessas páginas, os atos de ocupação emergem como uma ação cidadã voltada à defesa de direitos sociais e em conformidade aos preceitos legais, apoiando-se, essencialmente, na construção de imagem pública de bom convívio e de diálogo com a comunidade em programações abertas e inclusivas. Estabelecem uma configuração em que as ocupações são um espaço aberto e que valoriza a potência universitária em ensino, pesquisa e extensão a partir da manutenção da produção de conhecimento que, naquele momento, amplia-se com o convite público a todos que queiram se fazer presentes.

Visibilizam, assim, o ocupante como um cidadão em exercício de direitos e a manifestação política como um critério para justaposição

de um sistema democrático. Balizam-se em torno de uma composição que mais exprime a importância da ação empreendida do que as motivações que justificariam a medida; esquivando-se em demarcar uma orientação política e pouco expondo as organizações e agentes sociais que contribuíram com as ocupações.

Em @ocupaurca2016, o cenário é diferente. A composição não se dá em termos de adequação aos marcos legais, apresentando a iniciativa como um ato de ruptura com a ordem comunal do principal espaço de decisão institucional: a Reitoria. É comum, nas publicações, críticas inflamadas ao ordenamento do Estado e aos ritos de deliberação pelos quais estudantes pouco são escutados e, nisto, posicionam a ocupação como um grito em que a desobediência é a única forma para fazerem-se ouvidos e terem suas demandas acolhidas. As publicações nomeiam o ato de ocupação como um “precursor revolucionário” e visibilizam o estudante como o “dono de todo poder” quando se propõe à ação coletiva, renegam valores de cidadania e produzem rupturas com o sistema político para construir outros projetos de sociedade — frequentemente apontados em vieses anarquistas e stalinistas. Apontam a manifestação política como ação urgente e pautada na demarcação de “ódio entre classes” sociais, estimulando ações como o achincalhamento e a queima de um boneco com o rosto de Temer na entrada do Campus do Pimenta, no Crato. Propõem, ainda, as narrativas dispostas pela página como única verdade possível em detrimento do que foi apurado por jornalistas ou do que fora dito por outros agentes sociais.

Ainda que os modos de narrar sejam distintos no que diz respeito às percepções de si e sobre o ato que empreendem, conjugam composições defensivas sobre como se percebem e como miram a ação que desenvolvem. Sem, no entanto, partilharem demandas das pautas reivindicadas ou realizarem proposições de saídas para os problemas que evidenciam como parte privilegiada da política de comunicação realizada nas comissões.

A presença constante dos serviços de programação diante da notória ausência de proposições e de posicionamentos sobre os caracteres que

se movimentam na conjuntura constitui a agitação da política defendida como processo alheio às políticas de comunicação desenvolvidas. Enquanto configura-se uma noção de cotidiano que torna as ocupações mais próximas à prática de cidadania do que de desobediência civil, a centralidade em dizer que existiam programações ofuscou, por exemplo, as narrativas sobre paralisação das atividades institucionais e sobre as pressões públicas em torno das pautas defendidas. Não quero, com isto, dizer que uma se antepõe a outra, mas que o processo realizado pelos estudantes pouco conseguiu concatenar estas duas dimensões.

3.3 Entre interações e diálogos

Cada publicação é um convite ao diálogo e circula pela plataforma sob regulações específicas, mobilizando a rede social constituída, sobretudo, a partir das interações realizadas com outros atores. Cada plataforma funciona de acordo com lógicas de regulação deveras peculiares e, por isso, Macêdo e Martins (2021, p. 14) chamam atenção para considerarmos as particularidades da mediação algorítmica se a entendermos

como um processo ocorrido em plataformas digitais e que está articulado sob dinâmicas inteligentes operadas de forma autônoma por maquinários que realizam não só a disposição de conteúdos; mas, inclusive, produzem mediação do tempo e das coisas para agentes conectados à plataforma em regimes desiguais segundo orientação de consumo de itens comerciais, políticos e culturais.

Interessa, aqui, considerarmos que o ato de publicar enquanto uma performance digital é um modo de inserir-se na disputa de narrativas — ainda que em lugares escanteados. Se publicar nos permite tornar pública determinada proposição narrativa; não garante, no entanto, promoção de visibilidade se considerarmos as regulações particulares que estruturam as plataformas e pelas quais mediações algorítmicas se dão como traçados desconhecidos — e, por vezes, ignorados pelos usuários.

Para tatear estas relações com maior atenção a partir das páginas que fundamentam esta pesquisa, as perfilamos a partir das dinâmicas de postagem e das decorrentes interações virtuais em curtidas, reações, comentários e compartilhamentos que estas acumulam. Esta observação é importante porque nos permite mirar as possibilidades de inserção das publicações a partir dos retornos que recebem dos usuários que configuram vínculos sociais com as páginas e com as publicações no Facebook. Daí, mapeamos o seguinte montante:

PÁGINA	IES	Posts	QUANTIDADE			
			Likes	Reações	Comentários	Compartilhamentos
@greveestudantilUFC	UFC	205	12026	2578	783	4112
@ocupaifce	IFCE	103	826	85	52	287
@ocupartes	IFCE	129	1846	406	150	795
@ocupaurca2016	URCA	120	2206	201	210	956
@ocupaufca	UFCA	194	1709	204	66	385
@ocupaunilab	UNILAB	139	1248	162	46	265

Tabela 8: Métricas das interações digitais
Fonte: Acervo de Pesquisa (2019)

Destaca-se, pelos indicadores, que as interações com *likes* e outras reações configuraram-se como as principais modalidades de interação entre usuários e, nisto, cabe um importante apontamento sobre a performance dos públicos envolvidos com as páginas ao realizarem, prioritariamente, ações estimuladas. Entendendo que cada *post* só pode receber um único retorno estimulado, adotaremos o preceito de interação por clique como resultado da somatória dos indicadores de *likes* e *reactions*.

Ao dividir os indicadores gerais de interações pelo número total de postagens, temos a média de interações por postagem em cada página.

PÁGINA		QUANTIDADE		
		Por cliques	Por Comentários	Compartilhamentos
@greveestudantilUFC	UFC	58,663	3,189	20,058
@ocupaifce	IFCE	16,864	0,504	2,786
@ocupartes	IFCE	31,767	1,162	6,162
@ocupaurca2016	URCA	38,441	1,75	7,966
@ocupaufca	UFCA	18,670	0,340	1,984
@ocupaunilab	UNILAB	19,122	0,330	1,906

Tabela 9: Médias de interação por postagens
Fonte: Acervo de Pesquisa (2019)

Com esses números, percebemos que comentários não se constituíram como uma prática comum de interação dos usuários — como discutiremos mais à frente. Eles se expressaram em relação às publicações, sobretudo, com demonstrações por cliques. É interessante notarmos que as métricas de compartilhamento são mais altas que as de comentários em todos os casos em valores exponenciais. Esse elemento denota que usuários envolvidos possuíram mais abertura a compartilhar as publicações das páginas com seus circuitos privados de redes sociais em detrimento de tomarem posições nos comentários públicos dos *posts*.

Apenas uma página consegue superar a média de 3 comentários, 20 compartilhamentos e 50 interações por cliques a cada postagem. Considerando que o uso do *Facebook* estava relacionado ao interesse em disputar narrativa e estabelecer diálogo com a população das cidades

sobre pautas políticas, constatamos que os números expressam o baixo nível de interação e de retorno aos chamados ao diálogo.

É importante notar que a interação por cliques é a principal expressão de retorno para os usuários nas conexões analisadas nesta pesquisa. É através das modalidades disponíveis que a ampla maioria dos inseridos no *Facebook* elabora vínculos com as páginas, expressando posições sobre as narrativas propostas. Dado que as reações estimuladas em interações por cliques representam a maior parcela de retorno dos usuários diante do conteúdo tornado público, temos, com elas, um importante termômetro para tipificar a qualidade da rede social estruturada em torno das páginas. Para isso, traçou-se um paralelo entre o universo de seguidores das páginas e o total de interações por cliques a fim de aferir a média e, com ela, adensar a constatação anterior que atestava baixa interação.

PÁGINA		Total de Seguidores	QUANTIDADE	
			Média de Likes/Reações	% de Postagens
@greveestudantilUFC	UFC	5.558	2,62	1,27
@ocupaifce	IFCE	567	3,05	2,96
@ocupartes	IFCE	781	5,24	4,06
@ocupaurca2016	URCA	1.006	4,58	3,81
@ocupaufca	UFCA	1.037	3,49	1,79
@ocupaunilab	UNILAB	664	4,00	2,87

Tabela 10: Médias de interação por usuário
Fonte: Acervo de Pesquisa (2019)

Dados os valores aferidos na média de interação por cliques dos usuários, conseguimos considerar um apontamento mínimo do que se espera das intervenções dos diferentes agentes que se relacionam com as páginas. Este indicador, no entanto, é perene ante os diferentes níveis de engajamento firmados pelos diferentes perfis que se envolvem com as publicações, construindo relações de diferentes níveis em interações por cliques maiores e menores que a média em cada caso. A importância em aferir a média, aqui, consiste em construirmos um cenário regulado e hipotético ante a impossibilidade de operacionalizarmos as performances de todos os usuários que se enredam com as páginas. A partir dos números, percebemos que apenas em @ocupartes ultrapassa-se a média de 5 interações por postagens; enquanto, nas demais, os números são inferiores. Em todos os cenários, estes são indicadores de baixo retorno e diálogo com os usuários.

Entendendo o local que as interações por cliques possuem como prática principal de retorno dos usuários no caso em estudo, importa considerarmos as significações que cada expressão possui a fim de qualificar o retorno dos usuários que optam por realizar essa modalidade.

PÁGINA		INTERAÇÕES POR CLIQUES					
		Amei	Uau	Haha	Triste	Grr	Gratidão
@greveestudantilUFC	UFC	2414	59	36	50	19	0
@ocupafce	IFCE	70	4	1	2	8	0
@ocupartes	IFCE	369	6	11	2	8	0
@ocupaurca2016	URCA	186	2	4	1	8	0
@ocupaufca	UFCA	202	0	2	0	0	0
@ocupaunilab	UNILAB	154	2	0	6	0	0

Tabela 11: Quantidade de reações nas páginas
Fonte: Acervo de Pesquisa (2019)

Em todas as páginas, a reação “amei” é amplamente majoritária quando se trata de aprovação das narrativas partilhadas. As reações que demarcadamente exprimem objeções, como “Grrr” e “Triste”, são pouco utilizadas. No caso da @ocupaufca, é nula a adoção destes últimos marcadores. Nisto, percebe-se que as páginas não sofreram ataques de robôs orientados por contramovimentos de desocupação e não adentraram as bolhas de usuários potencialmente contrários às ideias por elas praticadas. Circularam, por sua vez, nas redomas de apoiadores, articulando aqueles que partilham das ideias defendidas e configurando espaços de diálogos, não de debates.

Outro indicador importante para discussão encontra-se nos comentários. Para tratar deste, iniciamos com a sistematização da quantidade de comentários em cada *post*, a fim de identificar a frequência de uso da ferramenta.

PÁGINA	QUANTIDADE DE COMENTÁRIOS							
	0	1 e 2	3 a 5	6 a 10	11 a 20	21 a 50	51 a 100	+ de 101
@greveestudantilUFC	137	37	15	8	2	2	1	3
@ocupaifce	89	9	1	4	-	-	-	-
@ocupartes	82	29	17	1	-	-	-	-
@ocupaurca2016	96	17	2	2	1	1	-	1
@ocupaufca	160	27	6	1	-	-	-	-
@ocupaunilab	121	14	1	2	1	-	-	-

Tabela 12: Distribuição de comentários por postagens
Fonte: Acervo de Pesquisa (2019)

A alta taxa de publicações sem comentários já era algo esperado diante das baixas médias aqui apresentadas. As publicações sem comentários são maiores que a somatória de todas as que possuem retornos

deste tipo e, entendendo que o público envolvido majoritariamente demonstra apoio em interações por cliques, não podemos tomar como natural a baixa adesão neste tipo de interação.

Esta é a única modalidade que demanda elaboração e maior emprego de tempo do usuário e, considerando que poucos *posts* alcançam altas métricas, é justo dizer que nem toda postagem é estimulante à resposta ou planejada com esta finalidade. A presença constante de *overposting* na gestão das publicações e o escasso planejamento das construções narrativas são elementos fundamentais que tensionam as produções enquanto espaços de diálogo via formulações diretas; pois, sob outras performances e construções narrativas, o envolvimento dos usuários com o conteúdo poderia assumir outras qualidades.

Três postagens do @greveestudantilUFC e uma da @ocupaurca2016 obtiveram mais de cem interações em comentários e, em oposição à maioria das publicações sem comentários, interessa confrontarmos as publicações para vermos quais elementos as particularizam.

As quatro publicações, todas ocorridas no mês de dezembro, possuem muitas diferenças. Quanto ao formato, temos: duas publicações com cards de caráter informativo, uma com transmissão ao vivo de debate sobre transexualidade na URCA e uma com fotografias do cadeirato na Avenida da Universidade em 13 de dezembro. Também diferem nas características da narrativa e nos dias de publicação. No caso das publicações com cards e com fotografias, são publicações planejadas a fim de alcançarem objetivos específicos e de promoverem diálogos sobre pautas de amplo interesse público ante as experiências que se aproximam ao desfecho das ocupações. No caso da live, os comentários surgem como parte da proposta efetivada pelo formato, que incita os participantes ao diálogo.



Figura 7: Postagens com mais de cem comentários
 Fonte: Acervo de Pesquisa (2019)

Em ambos os casos, a alta taxa de comentários das publicações se relaciona com as operações planejadas e construção narrativa, seja nos modos de expor determinados assuntos de interesse público, como as conquistas das ocupações da UFC; seja ao fazer do *Facebook* um espaço de diálogo sobre transexualidade. Por se tratarem de publicações realizadas na reta final das ocupações, as páginas já possuíam um público maior que o inicial e funcionavam com lógicas de mediações algorítmicas bem definidas — elemento que delimita a circulação dessas produções. Para além do tempo de atividade das páginas e das composições

narrativas para explorar assuntos de interesse público, importa considerarmos que @greveestudantilUFC e @ocupaurca2016 não realizaram *overposting* no dia dessas publicações e, assim, produziram quatro casos que obtiveram visibilidade fora do padrão — que, no cenário macro de 890 *posts*, são pontos fora da curva.

Outro aspecto importante para a análise dos comentários é o retorno que estes receberam após publicados, tanto em interação por cliques quanto na geração de debates — e, inclusive, na ausência total de respostas. Por escolha, não manejamos as respostas escritas aos comentários, pois, para além de poucos casos; pouco qualificariam as discussões que se busca fazer nestes escritos. Visualizamos, nas interações por clique nos comentários, uma boa maneira para observar a dinâmica de retorno às produções dos usuários.

PÁGINA		QUANTIDADE DE COMENTÁRIOS					
		0	1 a 5	6 a 10	11 a 15	16 a 20	21 ou +
@greveestudantilUFC	UFC	332	345	26	9	3	8
@ocupaifce	IFCE	28	24	-	-	-	-
@ocupartes	IFCE	60	84	6	-	-	-
@ocupaurca2016	URCA	121	82	-	-	-	-
@ocupaufca	UFCA	21	44	-	-	-	-
@ocupaunilab	UNILAB	16	30	-	-	-	-

Tabela 13: Comentários em interações por cliques
Fonte: Acervo de Pesquisa (2019).

Apenas em @ocupaifce e em @ocupaurca2016 temos a expressão nula como maioria, demonstrando que comentários não possuíam de-volutiva de interação nem da página que os acolhe. Retomando a ava-liação de que o público de seguidores manifestava-se majoritariamente

em apoio às páginas, a ausência de uma política de manifestação aos comentários realizados por outros agentes denota pouco manejo e atenção a estas interações que, por sua vez, afetam a construção de vínculos e a tessitura de redes sociais com usuários. Estas duas, acrescidas de @ocupaufca e @ocupaunilab, não registram, em nenhum momento, uma publicação com mais de cinco interações por clique; ou seja, essas páginas e suas publicações não se consolidaram como um espaço de debate público e, por consequência, os comentários eram pouco observados e constam de poucas interações.

@ocupartes alcança seis publicações com interações por clique entre 6 e 10. O número pode parecer uma boa expressão quando comparado aos anteriores, mas não é. Considerando que esta página possui universo de 781 seguidores e, nisto, orbita em envolvimento entre 0,9% e 1,2% do público, insere-se como um espaço de interação numa bolha bastante restrita que não congrega o potencial da rede de conexões que ali se articula.

Em @greveestudantilUFC, todos os comentários que ultrapassaram 20 curtidas são críticos e não apoiam as ocupações na Universidade. Quatro deles se concentram no primeiro *post* de anúncio da primeira ocupação realizada em Fortaleza. Os comentários e reações não foram feitos por robôs; logo, configuram posições de descontentamentos e com notório apoio de outros usuários que confirmam, nestes casos, uma experiência de arena pública de debates.

Analisados todos estes componentes e atentos a uma compreensão mais geral das páginas, tratamos do engajamento dos usuários nestes canais. Logo, concebemos por engajamento a somatória das formas de interação disponíveis na plataforma entre usuários e conteúdo, estabelecendo filtro para usuários duplicados entre os mecanismos a fim de identificar envolvimento com usuários independentemente da qualidade ou quantidade da interação realizada por um perfil.

PÁGINA	QUANTIDADE DE COMENTÁRIOS					
	Nulo	1 e 10	11 a 50	51 a 100	101 a 300	301 ou +
@greveestudantilUFC	4	56	89	15	24	14
@ocupaifce	-	64	35	3	1	-
@ocupartes	4	23	92	10	-	-
@ocupaurca2016	5	28	68	13	6	-
@ocupaufca	2	112	76	4	2	-
@ocupaunilab	14	73	46	6	-	-

Tabela 14: Engajamento médio de usuários por postagens
 Fonte: Acervo de Pesquisas (2019)

Temos em @ocupaifce de Iguatu a única experiência em que todas as publicações dispõem de algum tipo de engajamento. Este dado revela que todas as postagens, independentemente de formato e composição narrativa, tiveram algum retorno e interação dos usuários envolvidos.

As publicações com engajamento nulo, em todos os casos, se encaixam em três perfis de publicações: ou são compartilhamentos de programações de outras páginas, como percebemos nos 4 casos da Página da UFC; podem se tratar de publicações feitas por usuários na *timeline* da página, dados os 9 exemplos da UNILAB, 4 do IFCE Fortaleza, 4 da URCA e 1 da UFCA; ou, não menos importante, os casos em que temos postagens realizadas por página com efeito nulo. Nesta última, registramos 7 casos, 1 referente à publicação da URCA em 24 de dezembro de 2016, informando sobre a cobertura de ato a ser realizado no Natal; outro da UFCA com card da programação da ocupação em 9 de dezembro; e 5 da UNILAB, sendo: 1 com card da programação de 9 de dezembro; 1 link com matéria sobre legalização do aborto e 3 compartilhamentos de publicações de outras páginas.

As publicações de @ocupaifce, @ocupaunilab e @ocupaufca reuniam, majoritariamente, engajamento entre 1 e 10 pessoas a cada publicação. Já @greveestudantilUFC, @ocupaurca2016 e @ocupartes tiveram entre 11 e 50 pessoas como interlocutores na quantidade mais expressiva de publicações. Dadas as dinâmicas de mediação algorítmica e o número constante, estes públicos constituem, por sua vez, um indicativo da esfera mais próxima destes canais — isso porque a certeza desta afirmativa só seria possível com análise das opacidades de dados das páginas pertencentes e não divulgadas pelo *Facebook*. Em outras palavras, temos, aqui, a bolha simples desenvolvida da interação entre páginas e usuários.

Ao localizar um olhar geral, temos 24 publicações em UFC, 6 na URCA, 2 na UFCA e 1 no IFCE Iguatu com engajamento superior a 100 usuários. Sem esquecer das 14 na UFC que alcançam mais de 300 usuários. Dadas às métricas comuns observadas até aqui, estas são as publicações que conseguiram melhor desempenho no engajamento do universo de seguidores e, por sua vez, conseguem superar a própria bolha que produzem.

Ao nos debruçarmos sobre formatos, tomamos nota que as publicações com maiores êxitos em engajamento são: 2 em que constam links de matérias do Jornal O Povo que narram as ocupações, 3 são publicações com maiores taxas de comentários — já discutidas neste capítulo — e todas as demais contêm fotografias da tomada de ocupações, de atos e manifestações políticas e simbólicas. Por isso, é fundamental registrar atenção especial aos formatos visuais, sobretudo fotográficos, na relação que estes nutrem para engajamento e disputa de narrativas em plataformas digitais — objeto de interesse para pesquisas futuras.

3.4 Redes sociais

Como último percurso de ocupação das páginas, retomo os dados extraídos via Netvizz para identificar as redes sociais construídas entre

as páginas em estudo com outras páginas que também estão dispostas no *Facebook*. Neste caso, a metodologia proposta por Recuero, Bastos e Zago (2015) para Análise de Dados é fonte de inspiração para utilizarmos o aplicativo Gephi² na construção de infográficos.

O circuito de redes pelo qual as informações disponíveis nas páginas circulavam na ambiência digital ocorreu tomando cada página como um elemento central e pelo qual se desencadeia a definição do conjunto da rede. Esta configuração é nomeada como redes egocentradas em que o nó principal é a página pela qual desenvolvemos um percurso analítico das relações em que ela se situa.

A partir de cada página, empreendemos figurações associativas pelas quais as relações possíveis de serem marcadas por conexões estáveis e que são identificadas pelo *Facebook* nos permitem apontar a rede social construída na plataforma em análise. Assim, na página @greveestudantilUFC, temos a seguinte rede social:

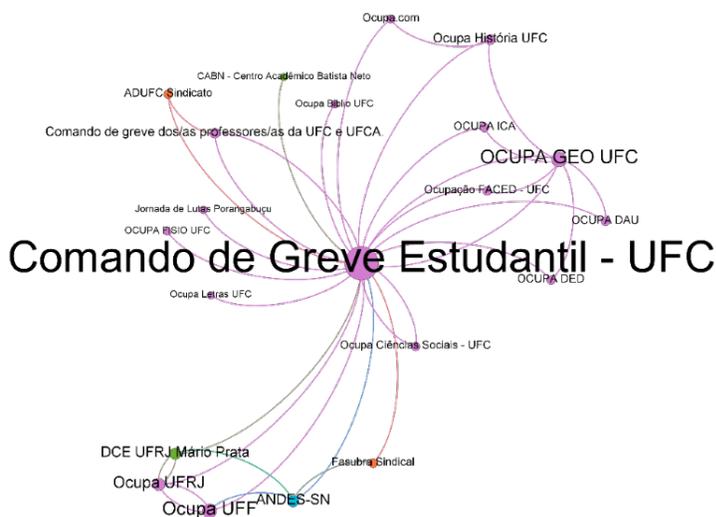


Gráfico 2: Figuração associativa da rede social de @greveestudantilUFC
 Fonte: Acervo de Pesquisa (2019)

Temos na figuração 21 nós³ e 37 arestas⁴. Cada nó está identificado por cores que dizem respeito à configuração política de cada elemento: os rosas apontam ocupações estudantis e mobilizações grevistas; os verdes constituem as entidades de representação discente; azul e laranja identificam sindicatos nas pautas de educação. Quanto ao tamanho dos nós, são proporcionais ao *indegree*, que representa a quantidade de conexões que um determinado nó recebe.

Na página utilizada pelas 34 experiências de ocupação na UFC, encontramos um ponto orgânico de interação com outras iniciativas e a configuração de uma rede estável. Percebemos que, pela pluralidade de ocupações descentralizadas na instituição, a página @greveestudantilUFC cumpria papel de unificação e coesão de uma narrativa sobre as experiências da instituição e, assim, uma proposição sobre o movimento de ocupações referentes à Universidade.

Ao analisar @ocupartes do IFCE em Fortaleza, tivemos uma interação única com a página da ocupação do Instituto de Cultura e Arte da UFC. Esta é a única rede construída entre páginas de ocupações de instituições distintas no Ceará e, nisto, é justo constatar que o conjunto de ocupações no estado não produzia interações estáveis entre si no *Facebook*, de modo que o contato entre experiências não aparece na visualização dos gráficos.

A não observância de relações entre as páginas do Ceará, na medida em que @greveestudantilUFC nutria interação com experiências cariocas, e sua inserção, junto destas, em um grupo seletivo de rede social em amplitude, nos permitem ponderar duas coisas: a) O Comando de Greve Estudantil da UFC se situava dentro do rol nacional de debates e, por isso, desenvolvia estas relações; b) nesta justa medida, possuía maior responsabilidade com a concretização de uma rede de diálogos e compartilhamentos com outras iniciativas realizadas no Ceará.

Em todas as outras páginas, a figuração se dá na representação de um nó ilhado. A não construção de relações estáveis com outras pági-

nas tornou @ocupaufca, @ocupaurca2016, @ocupaunilab e @ocupaifce isoladas na relação de trocas de conteúdos e de experiências digitais.

Outra observação importante é que, entendendo a relação de abertura que as ocupações estabeleciam com os canais jornalísticos e o papel que as páginas cumpriam de relações públicas, elas não estabeleceram circuito de interação com páginas da imprensa ou de jornalistas. O que abre margens para pensarmos a qualidade dos esforços realizados pelas ocupações para pautar as produções jornalísticas, para cavar brechas midiáticas, como discutem Macêdo e Nunes (2024a).

CAPÍTULO 4

Entre postar e fazer-se (in)visível

Evidenciar as performances realizadas por movimentos sociais em ambiências digitais, a partir das experiências estudantis em ocupações universitárias, é um gesto para desnaturalizar as relações que advogam o uso de plataformas como tática normativa para inserção nas disputas de narrativas. O imaginário em que postar no *Facebook* seria uma medida suficiente para dispor perspectivas para um número expressivo de pessoas e, assim, tencionar as tomadas de posições sobre atos contestatórios orientou os modos de narrar dos estudantes e tem se constituído como um traço comum a outras mobilizações sociais neste período, como observa Gohn (2017).

Tais concepções de que estar conectado em plataformas é abrir diálogo constante com o mundo, é falar com muitos e sem restrições fronteiriças, constituem fetichizações que mascaram as conflitualidades que permeiam dinâmicas digitais. A expectativa dos diálogos fundamenta a crença em “que suas contribuições importam e desenvolvem determinado grau de conexão social com o outro, de modo que tem grande relevo

aquilo que os outros pensam ou se supõe que pensam sobre o que cada um cria”, como destaca Santaella (2013, p. 117).

Esta relação idealizada, por vezes, contribui para encobrir as lógicas e os conflitos que articulam o encontro entre movimentos sociais e uma empresa privada de carácter expansionista no mercado de comunicação digital. Ao configurar políticas de comunicação de iniciativas populares a partir do *Facebook* sem colocar em vista as tensões possíveis nesse encontro, perdemos uma oportunidade potente tanto para descamar as opacidades que configuram as disposições textuais e a circulação de narrativas nesta plataforma, quanto para (re)inventar os modos de nela inserir-se.

Importa, aqui, destacar as modulações das plataformas e das performances nela possíveis como elementos problemáticos na medida em que devem ser flexionados como dúvida, como inquietações constantes que nos impeçam de pacificá-las em uma forma comum. Como vimos no capítulo anterior, as interações, os engajamentos e as redes desenvolvidas a partir das páginas no *Facebook*, apesar de esperadas, não são certezas em experiências digitais. Ao contrapor as intencionalidades dos ocupantes e os indicadores possíveis a partir das performances digitais, podemos conferir que as iniciativas realizadas não foram eficazes para posicionar as versões estudantis no centro das disputas de narrativas.

A partir das experiências discutidas, temos uma leitura crítica à adesão ao *Facebook* como lócus para disputa de narrativas sem planejamentos estratégicos que considerem as características da plataforma e as sociabilidades possíveis pelas quais um desenho tático sobre a performance seja possível a fim de ampliar as margens para alcance de objetivos. O percurso de uso das ocupações efetivou prioridades ao *Facebook* sem critérios, sem preparativos, sem ativação de redes sociais com outras iniciativas convergentes e empreendendo poucos esforços para construir modos interventivos para contrapor ideias em torno das bandeiras políticas que defendem e que disputam. Nestes casos, as performances na plataforma resultaram em baixas métricas de alcance e de

engajamento, inserindo as narrativas em espaços pouco privilegiados para tensionar as tomadas de posições.

A relação idealista conferida pelas comissões de comunicação na adoção do *Facebook* configurou um tato pouco sensível aos jogos performáticos propostos pela plataforma, materializado nas práticas de *overposting*, na saturação de composições similares e na interação escassa com outros agentes que se propunham a tecer vínculos com as ocupações através das páginas. Sob o arranjo em que postar é estar inserido na nova arena pública e tomando esta prática como ato autossuficiente para disputa de narrativas, a performance das páginas se efetivou na disposição desenfreada e desprogramada de publicações que, por sua vez, não alcançaram a finalidade de dialogar sobre as demandas estudiantis com muitas pessoas. Isso se dá não pela ausência de temáticas que configurassem interesse público em concordâncias e discordâncias, mas porque tanto a estrutura da plataforma limita a circulação; quanto as formas de uso não foram suficientes para construir brechas ao bloqueio.

Essas constatações não são apontamentos considerando apenas o que faltou em termos de produção, mas levam em conta as características da plataforma que pouco foram manejadas pelos ocupantes. Para Macêdo e Martins (2021, p. 16), estas duas dimensões não são opostas e se articulam de modos singulares, conferindo mediações algorítmicas e performances digitais como expressões enlaçadas que permitem ao *Facebook* dispor de “largo arcaibouço de dados complexos produzidos e retroalimentados por sistemáticas capazes de influenciar em tempo real a tomada de decisões cotidianas”. Para eles, importa considerarmos o “papel moderador” exercido pela plataforma ao manejar a circulação de postagens, conferindo (in)visibilidades, pois isto a posiciona como agente nas “relações sociais permeadas por disputas de hegemonia”.

As modulações das mediações algorítmicas que articulam o ato de postar e a visibilização no *Feed* de Notícias dos usuários a partir do circuito para produtores de informação, detalhadas por Macêdo e Martins (2021, p. 15), são elementos que tensionam as (in)visibilizações do con-

teúdo e as possibilidades de constituir vínculos com usuários — ainda que a performance destes seja elemento essencial nas mediações realizadas pelo *Facebook*. Cabe, a partir das percepções sobre os modos de disposição da plataforma, empenhar-se no desenho de estratégias para ampliar engajamentos, pois, sem estes, a performance digital na plataforma possui poucas chances de se mostrar efetiva.

A ideia de que postar constitui suficiência para elencar narrativas para um número amplo de usuários não acompanha os contextos de mediação algorítmica do *Facebook* em 2016, durante as ocupações universitárias. Se esta lógica cumpriu lugar em outros períodos, em outras situações, é justo notar que a plataforma criada em 2004 muito transformou-se ao longo dos anos, realizando alterações importantes nos modos de disposição das publicações aos usuários. Ao discutirem os fluxos de mediação algorítmica possíveis na plataforma em 2016, que, por sua vez, desdobram-se nos pesos diferenciados entre circulações orgânicas e pagas, como evidenciam Macêdo e Martins (2021).

As pesquisas de Gohn (2017), ao constatarem que o *Facebook* se dava como principal plataforma de comunicação em espaço digital para movimentos sociais no Brasil, pouco adensam as contradições dessa ambiência. Ao mirarmos as ocupações universitárias de 2016 como mobilizações que se articulam entre ruas e redes, aspectos relevantes e contextualizados ocupam a seara para tatearmos tanto as relações nutridas por movimentos sociais com a plataforma, quanto as modulações narrativas empreendidas nessa ambiência, tomando as performances como práticas que tensionam — mas não definem — as possibilidades de fazer-se (in)visível em cada caso.

4.1 Em @greveestudantilUFC

A página foi um ponto fulcral para as ocupações descentralizadas na Universidade Federal do Ceará e, nisto, não realizou uma descrição pormenorizada das experiências cotidianas ao passo que conferia uma

visão macro das articulações possíveis entre as iniciativas e voltava-se à construção de unidade na intervenção política. Sendo uma página reciclada, alcançou 5.558 seguidores e realizou 205 *posts* no período em estudo que obtiveram 12.026 *likes*, 2.507 reações, 783 comentários e 4.112 compartilhamentos — sendo a única página a superar a média de 50 interações por clique, 3 comentários e 20 compartilhamentos por postagem. No entanto, quando comparada ao universo de seguidores, a página do Comando de Greve possui a menor interação por cliques com usuários demarcada em 1,27 por postagem.

O retorno dos usuários em comentários, em 137 *posts*, é nulo; no entanto, a página obteve mais de 700 comentários nos outros 68 *posts* e, nos melhores cenários, envolveu mais de 100 pessoas em 3 postagens. Nestas últimas — já discutidas —, observamos que os comentários acumulam interações por cliques, com destaque aos 9 que obtiveram entre 11 e 15; aos 3 que conquistaram entre 16 e 20; e aos 8 que ultrapassaram essas marcas.

A página registrou 4 publicações com engajamento nulo que, quando contrapostas ao total de publicações, revelam um valor ínfimo inferior a 2%. A bolha dessa página está configurada no envolvimento médio entre 11 e 50 pessoas em 43% dos casos e consegue ampliar as redomas de diálogo em 15 publicações (7,31%) que mobilizam entre 51 e 100 usuários; 24 (11,7%) entre 101 e 300; e 12 (5,85%) acima de 301 — marcando 4.113 usuários como o maior engajamento no mesmo *post*, número inferior ao total de seguidores.

Foram 2.414 reações do tipo “amei” nas publicações e isso é equivalente a 16,61% de todas as interações por cliques. Essa página desenvolve rede social com outras 21 e é a única a desenvolver perfilamento associativo.

4.2 Em @ocupaifce

A página da ocupação do Instituto Federal do Ceará — Campus Iguatu voltou-se ao registro cotidiano das ações estudantis. Criada no

ato de ocupação, alcançou 567 seguidores e realizou 103 posts que obtiveram o total de 826 likes, 85 reações, 52 comentários e 287 compartilhamentos. O quantitativo de usuários envolvidos, entretanto, não expressa o acompanhamento e a interação na plataforma, dado que, quando comparamos a média de interação por cliques com o universo de seguidores, notamos que a página calcula interação média de apenas 2,96 por postagem.

O retorno dos usuários em comentários, em 89 posts, é nulo; nos melhores cenários, obtém entre 6 e 10 retornos em 4 postagens das mais de 100 postagens. Os comentários, quando existentes, pouco recebiam interações por cliques. Esses elementos convenciam que essa página não se constituiu como uma arena pública para debate do caso na medida em que a adesão de formulação das pessoas é bastante baixa.

Embora esta tenha sido a única página em que todas as postagens tiveram algum tipo de engajamento, ela conflui uma bolha que reúne, em média, entre 1 e 10 usuários em 62% dos posts. Nisto, apesar de possuir um público fiel e cativo, este representa um número muito diminuto e sequer representa o total de ocupantes na instituição. Tivemos 38 casos em que as publicações aumentaram o alcance e, destas, apenas 3 envolveram mais que 50 pessoas.

A expressão quantitativa de reações, sobretudo “amei”, que soma 70 em todas as publicações ou 7,6% de todas as interações por cliques, propõe que estamos lidando com um público aderente às narrativas partilhadas e que se envolve com a ação estudantil. Ao analisarmos o perfilamento associativo, notamos que essa página não possui rede social na plataforma com outras iniciativas.

4.3 Em @ocupartes

A página da ocupação do Instituto Federal do Ceará — Campus Aldeota nasce junto ao ato de ocupação da unidade acadêmica do curso de Artes Visuais e envolveu 781 seguidores, publicou 129 vezes e, com estes

posts, alcançou 1.846 *likes*, 402 reações, 150 comentários e 795 compartilhamentos. Ao contrapor a média de interação por cliques com o total de seguidores, temos o mais alto percentual de interações dos usuários por postagem, reunindo 4,06 na média. Contudo, ainda assim, um indicador pouco expressivo se comparado ao público em potencial que pode envolver a partir do universo de seguidores.

Temos 82 *posts* sem comentários dos usuários e apenas uma publicação estimula entre 6 e 10 usuários a se posicionarem sobre algum assunto. No entanto, a maior parte dos comentários realizados recebia interação de outros usuários, sendo 84 com valores entre 1 e 5; e 6 com valores entre 6 e 10. Esta é uma página em que, ao destacar “amei” 369 vezes, configurou 16,65% do total de interações por cliques. Possui 4 postagens que tiveram engajamento nulo e configurou uma bolha que reuniu entre 11 e 50 usuários em 71,31% das postagens. É possível perceber, ainda, dez casos em que as publicações ultrapassaram o alcance médio envolvendo mais que 50 pessoas. O engajamento médio demonstra que as publicações, em maioria, receberam retorno dos usuários e conseguiram pautar, ainda que para um público restrito e limitado, as narrativas a que se propunham.

O perfilamento associativo dessa página demonstra que ela estabelece relações unicamente com a página da ocupação do Instituto de Cultura e Arte da UFC, fruto da área de intervenção afim entre os estudantes.

4.4 Em @ocupaurca2016

O espaço de afirmação digital da ocupação da Reitoria da Universidade Regional do Cariri é iniciado em conjunto com o ato de ocupação e mobilizou 1.006 seguidores, publicou 120 vezes e, nestes *posts*, obteve 2.206 *likes*, 201 reações, 210 comentários e 956 compartilhamentos. O perfilamento associativo dessa página denota um ponto egocentrado e sem relação com outras iniciativas.

As publicações acumulam baixo envolvimento dos usuários. Ao contrapor a média de interação por cliques com o total de seguidores, temos o segundo maior percentual de interação dos usuários por postagem, obtendo resposta em 3,81 destas. Contudo, é possível verificar 96 *posts* sem comentários dos usuários e apenas uma publicação que estimula entre 6 e 10 usuários a se posicionarem sobre algum assunto. A maior parcela dos comentários, 121, não recebeu interação por cliques sequer da página que os acolhia e apenas 82 conquistaram valores entre 1 e 5.

Calculamos que as postagens receberam 186 “amei”, o que representa 7,7% do total de interações por clique e, diante do número de *likes*, é um indicativo de que a maioria dos usuários que manifestaram apoio não se propõem a aderir às vocativas simbólicas que esta ação interativa possa significar. O que se reflete nas 5 postagens com engajamento nulo e, ao mesmo tempo, na configuração de uma bolha que reuniu entre 11 e 50 usuários em 56,67% das postagens. Percebemos, ainda, 19 casos em que as publicações ampliaram o alcance, sendo 13 que envolveram mais que 50 pessoas; e 6 que passaram a marca dos 100 usuários. O engajamento médio aponta que os *posts*, em maioria, obtiveram êxito no esforço de pautar discussões ainda que para um público restrito e limitado.

4.5 Em @ocupaufca

Espaço digital para partilha de narrativas sobre as ocupações da Universidade Federal do Cariri nas cidades do Crato e Juazeiro do Norte, a página foi criada após Assembleia Estudantil, foi capaz de aglutinar 1.037 seguidores e realizou 194 *posts* que obtiveram 1.709 *likes*, 204 reações, 66 comentários e 385 compartilhamentos. Contudo, esses números não constituem bons indicadores na medida em que a média de interação por cliques em razão do total de seguidores é de 1,79 por postagem.

Percebemos a relação com mais afinco ao notar que a resposta de usuários por meio de comentários, em 160 *posts*, é nula. Isso equivale a 82% dos *posts*; enquanto, no extremo oposto, o melhor desempenho é to-

mado na única publicação que alcançou entre 6 e 10 envolvidos em debate. Quando existentes, os comentários pouco recebiam interações por cliques.

Em termos de engajamento, observamos que 2 *posts* tiveram envolvimento nulo. Enquanto a participação entre 1 e 10 usuários em 57,73% dos *posts*, calculados em 112 moções, denota uma bolha cativa, demonstra também um número muito diminuto e que sequer representa o total de ocupantes nos campi da Universidade. Percebemos que os esforços para superar esses indicadores permeavam as produções na medida em que as experiências de manejo ampliaram, com o tempo, o aumento das métricas de envolvimento, chegando a ocorrer 82 casos em que as publicações conseguiram maximizar o envolvimento dos usuários; destas, o universo entre 11 e 50 pessoas diz respeito a 38,77% dos casos para além dos 4 *posts* em que mais de 50 pessoas se envolveram em interações e dos 2 que mobilizam mais de 100 usuários em tomadas de posição.

A expressão quantitativa de reações, sobretudo “amei”, que soma 202 em todas as publicações ou 10,55% de todas as interações por cliques, aponta que temos um público cativo reduzido, mas fidelizado — dado que apenas 2 reações não foram “amei” —, sendo este um indicador importante para aferirmos a qualidade das demonstrações públicas de retorno às narrativas partilhadas. Ao analisarmos o perfilamento associativo, notamos que essa página não possui rede social com outros canais.

4.6 Em @ocupaunilab

Criada para publicização das ações e dos posicionamentos políticos na ocupação dos *campi* da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, a página reuniu 664 seguidores, realizou 139 *posts* que obtiveram 1248 *likes*, 162 reações, 46 comentários e 265 compartilhamentos. O baixo número de seguidores, entretanto, não diz respeito a um público fidelizado por interações, dado que, quando comparamos a média de interação por cliques com o universo de seguidores, temos a marca de 2,87 por usuário.

Em 121 *posts*, percebemos que a participação via comentários é nula e, nos casos com maior adesão, temos um único que envolveu entre 11 e 20 retornos. Apenas 4 publicações obtiveram comentários, constituindo 2,87% do total de *posts*. Não por acaso esta é a página com a maior quantidade de publicações com engajamento nulo: são 14 sem retorno de nenhum tipo dos usuários. Das publicações, 73 conseguiram envolver entre 1 e 10 usuários em 52,51% dos *posts*. Tivemos 46 casos em que as publicações aumentaram o alcance; destas, apenas 6 envolvem mais que 50 pessoas.

Apesar de possuir um público fiel e cativo relativamente pequeno, pouco ampliaram as fronteiras de diálogo. A expressão quantitativa de reações, sobretudo “amei”, que soma 154 em todas as publicações ou 10,92% de todas as interações por cliques, confirma a caracterização sobre a qualidade das relações desenvolvidas com usuários. Ao analisarmos o perfilamento associativo dessa página, temos que ela não possui rede social com outros canais.

4.7 Notas sobre construções de (in)visibilidade

Ao perfilarmos as iniciativas estudantis a partir do conjunto de indicadores construídos ao longo dos percursos de ocupação das páginas, os apontamentos se constituem como textos possíveis ante a leitura dos textos complexos que fazem de cada mural uma articulação em fluxo a partir das performances de quem as produz, dos retornos dos envolvidos e das lógicas de funcionamento que regulam a plataforma e que posicionam o *Facebook* como um moderador das relações sociais que ali ocorrem.

Podemos, a partir desses indicadores, observar que @ocupartes, @ocupaurca2016, @ocupaufca e @ocupaunilab foram iniciativas em que, apesar de elencarem proposições de memória das experiências vividas, se inserem no rol da disputa de narrativas para um conjunto restrito e pequeno de pessoas — que, por sua vez, são majoritariamente aderentes

às ideias ali compartilhadas. O mesmo ocorre com @ocupaifce e com @greveestudantilUFC, ainda que articulem redomas maiores de envolvidos e que, em algumas situações específicas e pontuais, consigam tencionar o debate público a partir de circulações expressivas — sobretudo na página da UFC.

Se, por um lado, as páginas não foram efetivas em firmarem as narrativas que propunham em cenários amplos da disputa de narrativas; por outro, elas materializaram um conjunto expressivo de esforços que totalizam mais de 800 iniciativas para contar o que vivem, para apresentar posições sobre o contexto que as atravessa e que as mobiliza.

Em cada postagem, se dão diferentes dinâmicas de (in)visibilidade num jogo dual em que as presenças e as ausências das narrativas propostas para determinados usuários, configurando relações singulares e no micro, tangenciam as disputas de narrativas como experiências localizadas e que convocam atenção aos pormenores que enredam cada contexto. Assim, destacamos que as páginas foram pouco efetivas para estabelecer pontes amplas com públicos difusos e, para estes, as produções seguiram invisíveis como depoentes das performances das comissões de comunicação em aliança com a mediação algorítmica do *Facebook* para estes *feeds*; ao passo em que seguiram visíveis para usuários cativos que permitiram se envolver com as iniciativas e com as produções.

Menos que uma dicotomia, importa localizarmos como a mesma produção confere diferentes regimes de (in)visibilidade em razão dos encontros que se dão no micro das relações e que, por sua vez, tencionam os enredamentos no macro das dinâmicas sociais. Ainda que as páginas não obtenham amplo alcance em suas produções, os contatos com os públicos possíveis não dirimem a possibilidade de se figurarem na disputa de narrativas ao proporem perspectivas aos usuários que com elas se relacionam.

As modulações entre invisibilidade e visibilidade em cada publicação, majoritariamente, tendem para a primeira na medida em que poucas são as capazes de envolver em engajamentos o público em potencial

que as páginas mobilizam. Diante do volume de publicações que penderam esforços e que firmaram, de modo mais expressivo, aspectos de invisibilidade, cabe qualificar a atenção ao ato de postar como uma ação tática e que, para tal, demanda esforços de construção que permitam efetivar visibilidades como aspectos principais de elementos que julgamos importantes de serem ditos aos outros.

Dialogar com muitos não é algo garantido no *Facebook* e, diferentemente da urgência por alcançar ampla visibilidade ou de um exercício cidadão, conseguir esta façanha sem impulsionamento de postagens reflete um empenho criativo capaz de envolver públicos potencialmente maiores que as bolhas que conhecemos. Para isso, é preciso qualificar o ato de postar como uma construção textual e performática capaz de mobilizar a nós e aos outros a se envolverem com a narrativa partilhada. Mais do que contar uma história, trata-se de construir um sentimento partilhado com o outro e com a plataforma que dimensiona a qualidade das relações que praticamos ao narrar.

Neste rumo, importa colocar em questão o que nos propomos a dizer, as formas que estas construções assumem, as razões de serem ditas e o momento em que circulam, pois, combinadas com outros elementos, podem confluir na construção de interesses para a tomada de posição nas plataformas, como observamos nos casos da Figura 7. Ali, o conjunto de esforços narrativos é capaz de afetar o público e convocá-lo a também se manifestar, a tomar um lado diante da história que acolhe. A ampla adesão das pessoas e a consequente ampliação da mediação algorítmica nessas publicações, diferentemente das demais, constrói brechas para que as narrativas estudantis alcancem outros sujeitos para além dos cativados e para que se configurem dinâmicas de visibilidade no macro em que as produções se faziam invisíveis.

Convites e postagens para divulgação das programações, bem como links de leituras e afins, apesar de importantes por atestarem o caráter público e narrativamente aberto das ocupações, não compuseram chamados efetivos ao diálogo e ao envolvimento dos públicos cativos.

Tomo notas de que a tomada do lugar de narrador de uma história que não será contada por nenhum outro aparato de comunicação é algo que mobiliza os envolvidos a ler, curtir, compartilhar e comentar para que mais pessoas saibam; enquanto a disposição em demarcar visibilidade para atividades de yoga e oficinas de batuque resultou em pouca adesão pública nos *cards*, nos *posts* com fotografias publicadas e nas observações em campo dessas atividades.

A escolha em empenhar desenhos táticos que configuraram as páginas como textos complexos de caráter atestatório de uma pretensa normalidade se deu aliada à evasão em construir outros sentidos sobre as rupturas ali estabelecidas e sobre as marcas ali experienciadas. Esta é, pois, uma escolha sobre os modos estudantis de contar histórias no *Facebook* que orienta as composições narrativas e que muito deixa ver sobre as qualidades atribuídas ao ato de postar: eram atos humanos que se volviam automáticos, com pouco tempo para articulação das formas de partilhar ideias e vivências. As publicações se constituem como signos da pressa enquanto as páginas se fazem como um texto escrito sob o calor dos conflitos e da necessidade de dizer com poucas aspirações em relação às formas e aos métodos para narrar.

Essa mesma dinâmica reverbera sobre os comentários — pista que nos leva à hipótese sobre os elementos que podem levar à menor adesão a este formato nas produções discutidas. Se, por um lado, os poucos comentários denotam que as composições narrativas foram pouco efetivas para estimular usuários a realizarem essa modalidade de interação; por outro, é justo notar a atenção de outros usuários — e da própria página — aos comentários constantes na publicação e que se materializam a partir da interação por cliques. Os comentários aliados às publicações também são objetos de leitura e, tal qual as publicações, tensionam as tomadas de posição e os jogos de (in)visibilidade.

Não é preciso, contudo, inventar a roda para compor experiências assertivas de visibilidade dos movimentos sociais e em contextos de crise e de conflito. Temos, no exercício moderado de postagens sobre os

atos que firmam o cotidiano em rupturas, em transições e em mudanças, uma chave importante para romper bolhas e alcançar maior engajamento dos usuários e visibilidade das versões que elencam, como observamos nos casos de maior visibilidade em @greveestudantilUFC.

Os casos de maiores expressões de mobilização de engajamento e de produção de visibilidade no *Facebook*, por fim, se deram na aliança entre elementos políticos que elencavam o cotidiano em rupturas nos enunciados das narrativas e na disposição com imagens — sobretudo fotográficas. Esta composição modula as publicações sobre a tomada de ocupação de prédios públicos e o enfileiramento de cadeiras na Avenida da Universidade para barrar a PEC 55/2016 que, por sua vez, são expressivas em adesões de usuários e confluem em narrativas sobre início e encerramento das ocupações, apresentando aspectos de transição e de alternância dos modos cotidianos das instituições.

CAPÍTULO 5

Notas sobre as indeterminações do livro de rostos

Não posso terminar este livro sem evidenciar que as páginas desenvolvidas por estudantes são esforços para se firmarem na disputa de narrativas, na proposição de memória sobre o que viveram e na demarcação de projetos de futuros que valorizem e defendam a educação pública, gratuita, de qualidade, laica e popular. Somam-se ao chamado do debate público, ainda que não dominem as regras e funcionamento da arena em que estão situados e que pouco entendam sobre os circuitos e as arquiteturas de dados que estruturam o *Facebook* e que modulam a mediação algorítmica.

As páginas são textos complexos que constituem uma narrativa entremeada sobre as ocupações a partir das perspectivas dos ocupantes e das experiências de textualização emergentes nas lógicas instantâneas e aceleradas que as fundamentam. Como parte dos percursos de ocupação das páginas ao longo desta pesquisa, é justo notar que as versões partilhadas tiveram retornos sobre as adesões a partir dos retornos em

interações. Nesse sentido, as ranhuras que se dão no micro, sem expressões nas plataformas, fazem da disputa de narrativas um processo incalculável em que os métodos digitais nos permitem indicadores e pistas a partir dos visíveis; mas que não nos permitem respostas capazes de encerrar os termos das disputas travadas em adesões e em recusas de usuários diversos — sobretudo daqueles que já não deixam vestígios dos movimentos que realizam, considerando as dicções das publicações que os alcançam.

Ainda que estudantes se propusessem a dialogar com muitas pessoas e que tomassem o *Facebook* como dispositivo para esse fim, os indicadores nos permitem inferir que a estratégia não foi eficaz em razão das escolhas táticas nos modos de narrar e de construir performances digitais das ocupações na plataforma. Ali, alcançaram o público que se dispôs e, como vimos, por vezes, as interações não foram acolhidas e incentivadas pelas comissões de comunicação; relegando o uso da ambiência ao ato de postar.

Consideramos as narrativas aliadas ao recorte territorial do Ceará e a partir das páginas no *Facebook* como principais espaços digitais para disposição de narrativas — ou únicos, dado que outros não foram adotados. A adoção exclusiva não se refletiu em esforços particularizados às limitações da plataforma. As performances para construções de si ocorriam de modos desnivelados ante o objetivo de “furar a bolha” e havia uma ausência de táticas para viabilizar diálogos em dimensões maiores que as alcançadas com os públicos cativos. Como viemos discutindo ao longo do livro, cada plataforma desenha diferentes dinâmicas de sociabilidades digitais e, com elas, (in)visibilidades em distintas relações não são um dado mecânico e circunscrito pelas formas e pelos processos no ato de publicar; constituindo-se como expressão das qualidades mobilizadas durante encontros no micro e que valorizam engajamentos e fluxos em torno do que é dito.

Neste rumo, as questões inconclusas ao discutirmos as narrativas realizadas por jornais cearenses sobre as ocupações (Macêdo, Nunes, 2024a) e que remetiam à ausência de matérias jornalísticas sobre as

ocupações da UNILAB e do IFCE Iguatu tomam outros contornos de reflexão se considerarmos os convites realizados por estas ocupações a partilharem sobre os atos contestatórios que desenvolvem. Essas páginas não desenvolveram pontes com jornalistas via *Facebook* e este poderia ter sido um gesto importante a fim de obter inclusão de pauta, de construir brechas midiáticas em produções jornalísticas e de ampliar as redes sociais possíveis na plataforma. Em um estado como o Ceará, em que as redações jornalísticas das produções de maiores tiragens impressas e com mais expressivos alcances digitais estão concentradas em Fortaleza e em Juazeiro do Norte, dois polos em extremos geográficos, estar fora desse circuito aumenta a necessidade de constituir relações públicas de maiores densidades com estes espaços a fim de ampliar visibilidade. Nisto, se por um lado existe negligência das produções jornalísticas estudadas (Macêdo, Nunes, 2024a) em não efetivar empenhos para alcançar estas iniciativas, ela também se faz presente nas comissões de comunicação que pouco conseguiram pautar perspectivas em outros espaços midiáticos.

Foram, no entanto, pautadas. As ocupações construíram posturas defensivas na construção de imagens de si. Orientaram, a partir das publicações, um imaginário cotidiano das experiências partilhadas que se relacionava com aspectos cidadãos e com o exercício de direitos no reordenamento dos modos de funcionamento das instituições. Nisto, as publicações assumiam majoritariamente expressões de respostas ante o ensejo de criminalização orientado por outros agentes sociais; em detrimento das possibilidades de desenvolver outras proposições a partir dos objetivos macros que eram aportados à criação das páginas e aos lugares centrais que ocuparam nas políticas de comunicação.

Esse apontamento abre margem para tomarmos notas de dois aspectos importantes: no primeiro, entendemos que as lacunas entre as intenções iniciais ao eleger a plataforma e os indicadores finais possíveis a partir das performances nela realizadas são depoentes da ausência de desenhos táticos e adaptativos aos contextos. Isto é, ao considerarmos

as práticas apressadas e responsivas de comunicação e as celeridades vividas no micro das relações nas ocupações e no macro das disputas simbólicas, concluímos que as composições urgem como imagens fragmentadas e que estão conectadas pelas tomadas de posição aquecidas pelas comissões em detrimento de uma articulação planejada. Não à toa, e aqui se expressa o segundo aspecto, as experiências de comunicação pautadas na instantaneidade que caracterizam as produções no *Facebook* das ocupações refletem a baixa compreensão, nos agrupamentos envolvidos, do local de centralidade expresso pelas ambiências digitais nas políticas de comunicação.

Temos, com isso, uma contradição latente. Ainda que os atos contestatórios confluíssem essencialmente em processos comunicacionais para disputa de narrativas, percebemos que estas se instam em pulsões efêmeras e instantâneas, em baixo planejamento e frutos do acaso nas performances na rede. Diferentemente das ruas, que, por sua vez, ocuparam espaço central na formulação da política.

Entre ruas e redes, as ocupações confluem em textos permeados por significados a partir das tensões conferidas pelas ambiências que as formatam, que as acolhem e as inibem. O *Facebook* e as unidades acadêmicas eram espaços presentes nas experiências estudantis anteriores aos atos de desobediência civil. Contudo, ao ocupar estes espaços, novas dinâmicas de uso se dão e, com elas, processos comunicacionais que consideram as possibilidades nutridas e cerceadas. A ambiência digital, ao ser ocupada, revela as contradições em razão das experiências vividas, das lições aprendidas a partir dos esforços realizados.

A adoção do *Facebook* nas experiências de desobediência civil se orientou para a potencialização da visibilidade. Como discutimos, este não é um dado automático e demanda a proposição tática de narrativas que expressem os sentidos de si que buscam tornar sensíveis aos outros. Enquanto as reuniões de operação política das ocupações em muito acumulavam sobre as táticas para textualizar as ruas, o mesmo peso não fora conferido para elencar as particularidades das ambiências digitais

ao longo das ocupações. Ruas e redes não são dimensões desconexas e apartadas. Ainda que se dinamizem sob aspectos particulares em razão das ambiências que as configuram, se aproximam em razão das convergências ao narrarem e ao constituírem contornos aos acontecimentos.

Ruas e redes se encontram como processo coetâneo ao erguerem textos de dissonância em face da conjuntura política do país e dos anseios estudantis sobre as Universidades em que estudam. Deste modo, ao invés de apartá-las, como aconteceu nas ocupações e como é comum a diversas experiências de atos contestatórios em que as intervenções políticas são objetos pautados em reuniões gerais enquanto cabe à comunicação — sobretudo digital — fóruns específicos, menores e reclusos; seria necessário uni-las, reconhecendo os processos comunicacionais como performance política em enredamentos com as envergaduras técnicas e operativas em que recaem.

Este é um chamado a avaliarmos, para além do ato de postar, as implicações que recaem com o peso dos esforços realizados ante um objetivo delineado. A visibilidade de iniciativas populares poderia ter outros contornos diferentes do identificado caso outras posturas mais assertivas na performance digital e nos modos de operar processos narrativos nas táticas políticas de movimentos sociais fossem exercidas. Comunicações são experiências do cotidiano em rupturas e, nelas, expressam tensões do encontro em meio a processos mediados — sobretudo em contextos de mediações sociotécnicas. Sem nos afogarmos nos suspiros românticos que invisibilizaram as regulações das mediações algorítmicas e dos aparatos de poder e de hegemonia nas plataformas de redes sociais, importa colocá-las em evidência como espacialidade, mas também como agentes que participam e (re)dimensionam os processos micros e macros das disputas de narrativas.

O que problematizamos, com estes escritos, é a lógica idealista que orienta os usos das plataformas por movimentos sociais e o lugar relegado atribuído às performances nesta/com esta ambiência no traçado das intervenções políticas. O que observamos nas práticas das comissões

estudantis se alia ao que Rüdiger (2013) trataria por ciberutopismo. Isto porque se orientam em leituras em que “é certo que a internet rompeu com o modelo unidirecional de comunicação. Sua tecnologia em rede permite a interação entre os mais diversos usuários, que também produzem informação, participam e criam espaços de debate”, como apontavam Bernardes e Barbosa (2017, p. 7) ao identificarem que a adesão ao *Facebook* remodelava os movimentos sociais no Brasil.

Muitos são os estudos sobre a adoção de plataformas por movimentos sociais no país, como os realizados por Gohn (2017). Ao traçar o estado da arte sobre a questão, notamos que é comum a partilha de conclusões como as expostas por Bernardes e Barbosa (2017). Por um lado, tratam-se de pesquisas que valorizam a utilização das plataformas para disposição de narrativas sob argumentos que evocam preceitos de cidadania a partir da publicação de perspectivas na cena pública dos debates — e que de outra forma a exposição das posições políticas não seria possível; por outro, estabelecem tais constatações sem considerarem as dinâmicas — seja com atenções a redomas macro ou micro das relações — das sociedades e das sociabilidades que configuram as tramas sociotécnicas com as plataformas, as dinâmicas de mediações e as regulações que desempenham ao produzirem (in)visibilidade.

Percebemos estes gestos em pesquisas acadêmicas que, assim como os trabalhos desenvolvidos no estágio pós-doutoral de Bernardes (2017) e os realizados por Barbosa (2017), mobilizam Castells (2001, 2012) para fortalecer a ideia do uso automático das plataformas como método fundamental para iniciativas contestatórias. É neste reforço teórico que as proposições acadêmicas contribuem para fundamentar o senso comum a partir do qual criar páginas no *Facebook* é uma forma instantânea para se inserir na disputa de narrativas, como fizeram os ocupantes de 2016.

As experiências bem-sucedidas no início da década, em que a proposição de narrativas contestatórias nas redes resultara em convulsões sociais nas ruas, não podem ser tomadas como uma constante para justificar a adoção do *Facebook* para esta finalidade. Avaliações sobre Oc-

cupy Wall Street, nos Estados Unidos, a Primavera nos países do mundo árabe e Junho de 2013 no Brasil, como as realizadas por Gohn (2013, 2017), quando se aplicam como resultantes isoladas das plataformas e circunscritas ao ato de postar tendem a ruídos nas análises porque as dimensões sociotécnicas, nesses casos, são reflexos conectados às ruas, às conjunturas políticas cadenciadas nos territórios físicos e digitais. Ruas e redes são componentes cruzados nas experiências contemporâneas e, nisto, importa alocar as plataformas como agente político que se relaciona com outros em práticas *online* e *offline* e não como lugar objetal e linear que se constituiria como resposta única para comunicar-se.

Ainda que o *Facebook* tenha cumprido papel de importância na convocatória das experiências listadas e anteriores às ocupações, é justo notar que a arquitetura de gestão dos dados e os processos de mediação algorítmica foram alterados e as disposições de 2016 inibiram estas possibilidades. Evidenciar as mudanças infraestruturais das plataformas é um gesto para, com elas, remodelarmos os modos como desenvolvemos performances nas plataformas e como os processos sociais podem nelas ocorrer, podem com elas se transformar. No lugar de um exercício pautado pela cidadania, a adoção do *Facebook* por movimentos sociais demanda desnaturalizar esta ambiência em razão das agências políticas que desempenha. Com isso, assim como Rüdiger (2013), devemos desmontar as suposições democráticas em torno das plataformas porque elas constituem “uma forma pobre de pensar os processos políticos e, até mesmo, ingênua” ao escantear os aspectos decisivos que estas ambiências possuem e praticam na composição de (in)visibilidades e na regulação dos encontros e dos diálogos digitais.

Postar no *Facebook* não garante uma performance efetiva para dialogar com muitos usuários, como viemos discutindo até aqui. As ditas “brechas midiáticas” pelas quais estudantes poderiam ampliar o diálogo sobre as experiências cotidianas que estruturam as ocupações não são resultados certos. São, contudo, possíveis. “Furar a bolha” e construir engajamentos com outros usuários carecem de esforços táticos, tecnoló-

gicos e, sobretudo, narrativos a serem explorados de modos adaptativos aos contextos de cada caso, de cada lugar.

Assumir esta premissa como ensinamento dos exercícios de investigação que nos trouxeram até aqui nos demanda, portanto, valorizar uma prática constante de leitura das agências políticas e das performances públicas ante contextos movediços como expressões que demarcam modos de inserção nas disputas de narrativas.

Temos disponível e acessível uma gama exponencial de pesquisas e tratados que nos auxiliam a tecer leituras das plataformas e das relações sociotécnicas que com elas se estabelecem, como os escritos de D'Andrea (2020) com os quais dialogamos neste percurso de pesquisa. Com eles, radicamos uma leitura das plataformas digitais em avesso às ideias de neutralidade e de predisposição ao exercício democrático. Afinal, lidamos com elaboração tecnológica marcada pela alta concentração de dados pessoais a serem manejados para orientação de narrativas e para produção de simulacros e imaginários sobre acontecimentos ao tencionar as disputas de narrativas que se dão em um dado contexto social e político, como observamos no *Facebook*.

As versões compartilhadas com as redes sociais possíveis nas plataformas digitais constituem uma trincheira importante para inserir-se nas disputas de narrativas, mas não deve ser a única. Somos, ao ocupar o *Facebook* para narrar as conflitualidades de 2016, mais explorados pelas regulações das plataformas — ante o uso (des)conhecido da plataforma e a opacidade dos modos de funcionamento — do que conseguimos explorar as aplicações disponíveis para dispor versões e tecer diálogos para além do público cativo. Não por falta de intento das comissões, é preciso dizer. Afinal, a adesão à plataforma em número marcante de *posts* com os mais diversos e criativos formatos — apresentados aqui — demonstram o empenho em construir proposições de si na plataforma; porém, boa vontade não basta para modular aspectos de visibilidade em meio a um jogo impreciso em que a invisibilidade se tornou a regra nestas experiências.

POSFÁCIO

HELENA MARTINS¹

A produção teórica sobre algo em que nos implicamos é, simultaneamente, tortuosa e necessária. Tortuosa porque as páginas descrevem atos, falhas, disputas e desejos que nos atravessam. Nelas estão impregnadas nossas experiências individuais e coletivas, sobre as quais muitas vezes é mais fácil calar. Por outro lado, é necessária porque, afinal, àqueles e àqueles inconformados com o atual estado de coisas, não basta descrever ou mesmo analisar. É preciso ir além do que aparece em primeiro plano, voltar à história, desconstruir a experiência e, então, reconstruí-la em palavras e em ações. A elas e eles, os panfletos não devem bastar. As contradições e dificuldades devem ser identificadas, se o objetivo for dar um passo a mais para não estar no mesmo lugar — seja do ponto de vista intelectual e/ou na luta política, dimensões articuladas na vida e na pesquisa que temos em mãos.

O livro que Daniel Macêdo nos apresenta é fruto de uma trajetória que segue esse movimento. Como intelectual engajado, parte de uma

experiência vivida, a produção de comunicação em meio à ocupação estudantil contra políticas de austeridade, e a pensa de forma crítica, considerando as potencialidades e também os limites que cercam os ativismos diante da mídia hegemônica e nas redes sociais. A ocupação que a pesquisa aborda foi realizada em 2016, na esteira do golpe contra a presidenta Dilma Rousseff e que levou o vice Michel Temer à Presidência da República. Talvez poucos anos sejam tão expressivos da ideia gramsciana de interregno. Havíamos saído há pouco de 2013, quando atos inicialmente progressistas, críticos à concentração de riqueza e poder, haviam mobilizado as redes e as ruas. Era o momento das transmissões ao vivo de contranarrativas, da formação de coletivos feministas e antirracistas, de greves numerosas, de expressivas mobilizações indígenas. Eram vários sujeitos em luta e que tinham na comunicação não apenas um instrumento de divulgação, mas uma forma organizativa política.

Aquele processo, todavia, foi disputado pelas forças conservadoras e culminou, sobretudo a partir das eleições de 2014, em um avanço da direita. O apoio da mídia hegemônica e de outras instituições viabilizou socialmente a virada de mesa. Nas universidades, esse avanço se revelou também em perseguições políticas, como ocorreu na própria Universidade Federal do Ceará (UFC), onde Macêdo estudava. Na luta pela memória e contra o esquecimento, cabe registrar que ele mesmo foi uma das pessoas que sofreram as consequências dessa postura conservadora, amplamente apoiada, aliás, pela imprensa local. O papel das redes sociais, não obstante, ainda é turvo.

Por isso, as contribuições deste livro ao campo da Comunicação e de outras áreas atravessadas pela digitalização são inegáveis. Na academia — ou, melhor, entre suas vozes mais festejadas —, a ausência de um olhar dialético sobre o papel das redes sociais resultou na produção de trabalhos muitas vezes tecnodeterministas. Embalados pelos exemplos do Occupy Wall Street e pela Primavera Árabe, entre outros movimentos importantes daquele período, eles reproduziram a ideia de que as

redes seriam espaços eminentemente libertários, coletivos, autônomos. Ocorre que a aparência dos fenômenos tem também seu “aspecto” de verdade, mas não contém toda a verdade. As redes sociais, de fato, abriram espaço para uma multiplicidade de vozes, de uma forma inédita e brutal em relação ao que vimos e vemos na radiodifusão, especialmente em um país como o Brasil, onde o sistema midiático é, historicamente, privado e concentrado. Não obstante, essa ampla difusão se dá a partir de empresas-plataformas que funcionam de forma opaca, que interferem nos fluxos comunicacionais e que, a partir de múltiplos interesses e processos, incidem na forma cultural contemporânea. Olhando pelo retrovisor, certamente somos mais críticos ou, ao menos, céticos em relação ao papel das redes naquele momento.

O trabalho de Daniel Macêdo nos ajuda a reencontrar essa história e fomentar essas discussões. Ele discorre, de início, sobre a necessária produção de outras narrativas, em articulação com as intervenções políticas. Ao se debruçar sobre páginas no *Facebook* produzidas por estudantes a partir de ocupações espalhadas pelo país, Macêdo revela o que ele chama de “configurações de (in)visibilidade”, a partir do qual tece a crítica sobre a ideia de que “publicar seria suficiente para fazer-se visível”. Ainda que as palavras rotineiramente associadas a esses espaços sejam compartilhar e interagir, o que ele identificou foi uma combinação entre visibilidades e invisibilidades, organizada pelas plataformas por meio de mecanismos de mediação algorítmica. Como resultado, o dar a ver — no caso, o publicar — não é o mesmo que amplificar, muito menos organizar.

A crítica a essas articulações é necessária não para reforçar a dissociação entre redes e ruas ou para justificar o abandono da disputa digital. O central, a meu ver, é fomentar o estranhamento e mobilizar a imaginação sociológica e política em torno da constituição de outros espaços, com outras lógicas. Como resultado de ações humanas, a tecnologia, em geral, e as redes sociais, especificamente, podem e devem ser repensadas. Se nossas subjetividades, conversas, opiniões, formas de

organização e tantas outras vivências e ações fundamentais são remodeladas por esses espaços, nada mais justo que escrutiná-los e recriá-los. Este é o convite que Daniel Macêdo nos deixa. Esta é uma das alavancas do “freio de emergência”, para lembrar Walter Benjamin, que precisamos puxar.

20 de fevereiro de 2024

Lisboa, Portugal.

NOTAS

Clique sobre o número para retornar ao texto

Prefácio

1. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (1998), mesma instituição onde cursou Mestrado em Sociologia (1991) e onde fez graduação em Comunicação Social (1983). Atualmente, é professora titular aposentada, atuando como docente no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens da Universidade Federal do Ceará e como Coordenadora do Grupo de Pesquisa Mídia, Política e Cultura.

Capítulo 1: Insurgência estudantil para além das manchetes

1. Em 2018, o agrupamento retirou o termo partido e passou a chamar-se de Movimento Democrático Brasileiro.

2. Pedaladas fiscais são operações orçamentárias realizadas pelo Tesouro Nacional, previstas na legislação e caracterizadas pelo atraso no repasse de verba para bancos públicos e privados com a intenção de aliviar a situação fiscal do governo em um período.

3. “Constituído de uma tropa especializada, tem características de pronto emprego, com policiais treinados para atuar em situações específicas, preventiva ou repressivamente”, segundo definição da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná.

4. Diego Vieira Machado era um jovem negro, bissexual, paraense e estudava na Escola de Belas Artes da UFRJ com ingresso pelas políticas de cotas. Em 2 de julho de 2016, foi encontrado assassinado com sinais de espancamento e sem calças nas imediações do alojamento universitário da Ilha do Fundão. As investigações apontam que Diego vinha recebendo ameaças do que, tempos depois, convenciamos nomear por ‘bolsonaristas’.

Capítulo 3: Ocupando o Facebook

1. Netvizz é uma aplicação para análise métrica do Facebook desenvolvida pela Universidade de Cambridge.

2. Gephi é um aplicativo para estruturar dados em grafos computacionais.

3. Nós são os pontos de interseção na rede que radicam a expressão de um agente. No caso, uma página de Facebook.

4. Arestas são os vínculos entre os nós e as pontes que realizam em virtude das interações orgânicas.

Posfácio

1. Doutora em Comunicação Social pela Universidade de Brasília (UnB, 2018), com período sanduíche no Instituto Superior de Economia e Gestão (Iseg) da Universidade de Lisboa, financiado pelo Programa de Doutorado-sanduíche no Exterior (PDSE) da Capes. É professora do curso de Comunicação Social — Publicidade e Propaganda da UFC e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFC. É editora da Revista EPTIC e Coordenadora do Telas — Laboratório de Pesquisa em Políticas, Tecnologia e Economia da Comunicação.

I Referências

ALVES FILHO, Mário Helder de Sousa. *Movimento passe livre nas manifestações de junho de 2013: a representação social no jornal Folha de S. Paulo*. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

ARONOVICH, Lola. Os muitos preconceitos do Golpe. In: ROVAI, Renato (org.). *Golpe 16*. São Paulo: Publisher Brasil, 2016..

BARBOSA, Bia. Comitê Pró-Democracia: uma trincheira dentro do Parlamento. In: ROVAI, Renato (org.). *Golpe 16*. São Paulo: Publisher Brasil, 2016.

BERNARDES, Franciani; BARBOSA, Célia. A Internet nos Movimentos Sociais e nas Manifestações Massivas no Brasil. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 40, 2017, Curitiba. *Anais eletrônicos [...]* Curitiba: Intercom, 2017.

BOULOS, Guilherme; GUIMARÃES, Vitor. Resistir ao Golpe, reinventar os caminhos da esquerda. In: SINGER, André et al. *Por que*

gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

BOUSADA, Tadeu. *Ocupa CEMUNI V: análise de conteúdo das ocupações universitárias capixabas no ciberespaço*. 2017. Monografia (Graduação em Comunicação Social | Publicidade e Propaganda) — Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

BRASIL. Senado Federal. *Proposta de Emenda à Constituição 55/2016*. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337. Acesso em: 3 mar 2018.

BRASIL. Constituição Federal. *Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016*. Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13260.htm. Acesso em: 3 mar. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 867/2015*. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1317168&filename=Avulso+-PL+867/2015. Acesso em: 3 mar. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Proposta de Emenda à Constituição 395/2014*. Altera a redação do inciso IV do art. 206 da Constituição Federal, referente à gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em: camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=611966. Acesso em: 3 mar. 2018.

CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignación e Esperanza*. Madrid: Alianza Editorial, 2012.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

D'ANDRÉA, Carlos. *Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos*. Salvador: EDUFBA, 2020.

DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES — DCE UFC. *Ocupar e resistir pelo Povo Brasileiro*. [Nota — 6 nov. 2016, Fortaleza/CE. 2f.]. Disponível em: goo.gl/dsxokS. Acesso em: 12 dez 2016.

GALLEGO, Esther Solano; ORTELLADO, Pablo; RIBEIRO, Marcio Moretto. Guerras culturais e populismo antipetista nas manifestações por apoio à Operação Lava Jato e contra a reforma de previdência. *Em Debate*, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 35-45, 2017.

GOHN, Maria da Glória. *Manifestações e Protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

GOHN, Maria da Glória. *Sociologia dos movimentos sociais: Indignados, Occupy Wall Street, Primavera Árabe e mobilizações no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2013.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-513, 2010.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere — Maquiavel, notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Introdução ao estudo da filosofia e do materialismo histórico*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

HENRIQUES, Márcio; BRAGA, Clara; MAFRA, Rennan. O planejamento da comunicação para a mobilização social: em busca da co-responsabilidade. In: HENRIQUES, Márcio Simeone (Org.). *Comunicação e estratégias de mobilização social*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

HOWARD, Philip N.; WOOLLEY, Samuel C. (org.). *Computational Propaganda: political parties, politicians and political manipulation on social media*. Nova York: Oxford University Press, 2018.

LEAL, Bruno. *Introdução às narrativas jornalísticas*. Porto Alegre: Sulina, 2022.

LÖWY, Michael. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: SINGER, André et al. *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

MACÊDO, Daniel. *Ocupa e resiste: memórias e representações do jornalismo cearense sobre as ocupações estudantis na Universidade Federal do Ceará pós-Golpe de 2016*. 2017. Monografia (Graduação em Comunicação Social | Jornalismo) — Instituto de Cultura e Artes, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017a.

MACÊDO, Daniel. *Divino maravilhoso das ocupações universitárias pós-golpe de 2016 no Ceará*. Fortaleza: Quitanda das Artes, 2017b.

MACÊDO, Daniel et al. *Ocupações das escolas públicas no Grande Bom Jardim*. Fortaleza: Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa, 2018.

MACÊDO, Daniel; MARTINS, Helena. Martín-Barbero em tempos de Facebook: contribuições ao debate sobre mediação algorítmica. *Revista Mediação*, Belo Horizonte, v. 23, n. 32, p. 8-19, 2021.

MACÊDO, Daniel; NUNES, Márcia. Enredando narrativas jornalísticas: textualizações das ocupações universitárias de 2016 nos jornais O Povo e Diário do Nordeste. *Revista Intexto*, Porto Alegre, v. 56, 2024a.

MACÊDO, Daniel; NUNES, Márcia. Ocupar as narrativas com palavras de ordem: textualidades das notas de deflagração das ocupações universitárias de 2016 no Ceará. *Revista Mídia e Cotidiano*, Niterói, v. 18, n. 2, 2024b.

MACÊDO, Daniel; NUNES, Márcia. GADELHA, Sandra. Ao ocupar Universidades, encontramos Paulo Freire: textualizações da pedagogia freireana na insurgência estudantil de 2016 no Ceará. *Revista ECCOM - Educação, Cultura e Comunicação*, v. 14, p. 77-88, 2023.

MARTINS, Fernando José. *Ocupação da Escola: uma categoria em construção*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MELUCCI, Alberto. *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MORAES, Nilson Alves. Memória Social: solidariedade orgânica e disputas de sentido. In: DODEBEL, Vera; GONDAR, Jô. (Org.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contracapa, 2005.

NUNES, Márcia Vidal. *A retomada do ideal comunitário na organização política de coletivos de comunicação no Brasil*. 2018. Relatório Final de Pós-Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

OLIVEIRA, Irenísia; RODRIGUES, Cláudio. Quando a tirania é lei, ocupação é ordem. *Jornal O Povo*, Fortaleza, 16 nov. 2016.

PERUZZO, Cicilia. Possibilidades, realidade e desafios da comunicação cidadã na Web. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 26., São Paulo, 2017. *Anais [...]*. São Paulo: Compós, 2017.

QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentidos: a dualidade do acontecimento. *Revista Trajectos*, Lisboa, n. 6, p. 59-76, 2005.

RECUERO, Raquel; BASTOS, Marco; ZAGO, Gabriela. *Análise de redes para mídia social*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A mídia e o lugar da história. *Lugar Comum* (UFRJ), Rio de Janeiro, n. 11, p. 25-44, 2000.

ROVAI, Renato. Um golpe não é, um golpe vai sendo. In: ROVAI, Renato (org.). *Golpe 16*. São Paulo: Publisher Brasil, 2016.

RÜDIGER, Francisco (Org.) *As teorias da cibercultura: perspectivas, questões e autores*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

SANTAELLA, Lúcia. *Comunicação ubíqua: repercussões na cultura e na educação*. São Paulo: Paulus, 2013.

SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

UFERSA – UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO. Decisão do CONSUNI nº 140/2015, de 25 de agosto de 2015. Disponível em: goo.gl/r8TiFY. Acesso em: 3 mar. 2018.

UFBA – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Capes reduz verbas de custeio para pós-graduação no país. Disponível em: goo.gl/9AUcGQ. Acesso em: 3 mar. 2018.

UFRGS – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Consun divulga moção sobre os cortes na verba para a Pós-Graduação. Publicado em: 10 jul. 2015. Disponível em: goo.gl/fQhoXB. Acesso em: 3 mar. 2018.

UNE - UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. Estudantes ocupam 961 escolas e universidades contra retrocessos na educação. Publicado em: 14 out. 2016a. Disponível em: goo.gl/CWrnMx. Acesso em: 3 mar. 2018.

UNE - UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. #OcupaTudo tem mais de 200 universidades ocupadas em todo o Brasil. Publicado em: 14 nov. 2016b. Disponível em: goo.gl/S482S9. Acesso em: 3 mar. 2018.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ZIBAS, Dagmar. “A revolta dos pinguins” e o novo pacto educacional chileno. *Rev. Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 38, p. 199-220, 2008.



Daniel Macêdo é Jornalista (2017) e mestre em Comunicação e Linguagens (2020) pela Universidade Federal do Ceará (UFC) com atuação no Grupo de Pesquisa Mídia, Política e Cultura, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom/UFC). Atualmente, é doutorando em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e integrante do Grupo de Pesquisa Tramas Comunicacionais: narrativa e experiência.